

CLEOMAR MARIN ARAUJO

**AUTORREALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS
DEMOCRÁTICOS: JOÃO DORIA, DISSENSO E AMEAÇA AO MUNDO COMUM**

Viçosa – MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2018

CLEOMAR MARIN ARAUJO

**AUTORREALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS
DEMOCRÁTICOS: JOÃO DORIA, DISSENSO E AMEAÇA AO MUNDO COMUM**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra

Viçosa – MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2018



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Monografia intitulada *Autorrealização e representação política em contextos democráticos: João Doria, dissenso e ameaça ao mundo comum*, de autoria do estudante Cleomar Marin Araujo, aprovada pela banca examinadora constituída por:

Rennan Lanna Martins Mafra – Orientador
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

Cátia Meire Resende
Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa

Eugene Oliveira Francklin
Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

Viçosa, 5 de dezembro de 2018

*In this world which we enter, appearing from a
nowhere, and from which we disappear into a
nowhere, Being and Appearing coincide.*

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é dedicado à minha família em Nova Venécia – ES, que me viu sair de casa para, muito em breve, me tornar o primeiro de seis irmãos a possuir um diploma de ensino superior. Não houve um dia sequer, durante essa longa graduação, em que esse pensamento não tenha me ocorrido para me impedir de desistir. Maria Eduarda, que essa mensagem também te sirva de incentivo.

Ao professor Rennan Mafra, um mestre completo. Sem seu direcionamento, paciência, compreensão e encorajamento, este trabalho não poderia ter sido desenvolvido. Não conseguiria colocar em outras palavras o que sua orientação significou para mim durante esses meses.

Aos amigos que conheci na UFV, principalmente ao pessoal do Papo: Ana Carolina, Ana Clara, Camila, Isac, Mariana e Patrícia. Vocês são responsáveis pela maior parte dos meus momentos felizes em Viçosa, que me serviram de suporte quando a tensão e angústia aumentavam.

Ao Rodrigo, pela parceria durante o último semestre, dividindo as preocupações, os prazos e as vitórias.

Ao Yan, pelo companheirismo e incentivo nos momentos bons, nos ruins e principalmente nos desesperadores, quando o cansaço batia e o prazo apertava. Ainda bem que me demorei um pouquinho a mais em Viçosa e tivemos a oportunidade de nos encontrar.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

O problema principal desta monografia é compreender a relação entre a autorrealização dos sujeitos e o processo de representação política, tendo como foco a compreensão de determinadas ameaças à existência das diferenças no mundo comum. Nesse sentido, os principais conceitos que este trabalho utiliza são as noções de espaço público, reconhecimento, representação e dissenso. A metodologia utilizada se baseia em José Luiz Braga, que aponta a Comunicação como uma disciplina indiciária e afirma que a análise de conteúdo se faz na busca por indícios que possam iluminar determinadas compreensões lançadas pela teoria. Como principais resultados evidencia-se que o perfil de João Doria, a partir de determinadas performances encaminhadas pelos sujeitos e que revelam demandas por representação, refere-se a um perfil de representação política que ameaça a existência das diferenças, lançando mão de um discurso liberal de igualdade que, na verdade, pretende a uniformização dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Autorrealização; Representação política; João Doria; Dissenso.

ABSTRACT

The main problem of this monograph is to understand the relation between the self-realization of the subjects and the process of political representation, focusing on the understanding of certain threats to the existence of differences in the common world. In this sense, the main concepts that this work uses are the notions of public space, recognition, representation and dissent. The methodology used is based on José Luiz Braga, who points to Communication as an evidentiary discipline and states that content analysis is done in the search for clues that can illuminate certain understandings launched by the theory. As main results it is evident that the profile of João Doria, based on certain performances sent by the subjects and that reveal demands for representation, refers to a profile of political representation that threatens the existence of differences, using a liberal discourse of equality that, in fact, aims at the standardization of subjects.

KEY-WORDS

Self-realization; Political representation; João Doria; Dissent.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: No primeiro dia do mandato, Doria se vestiu de gari e foi para as ruas de SP dar entrevistas. Fonte: Nelson Antoine (Frame Photo/Estadão Conteúdo).....38**
- Figura 2: Doria assumiu, em brincadeira pelas redes sociais, a alcunha de “cozinha”. O termo é usado, muitas vezes pejorativamente, para se referir a quem se identifica com a direita no espectro político.43**
- Figura 3: Doria usou as redes sociais para transmitir mensagens contra o movimento grevista.45**
- Figura 4: Doria descarta flores entregues por cicloativista. Fonte: Renato Cerqueira (Futura Press/Folhapress).46**
- Figura 5: Pelas redes sociais, Doria deslegitima o protesto e os protestantes.47**
- Figura 6: Avenida 23 de Maio, antes e depois do “Cidade Linda”. Fonte: Zanone Fraissat e Bruno Santos (Folhapress).48**
- Figura 7: Doria apresenta biscoito preparado a partir da farinata em evento. Fonte: Fábio Vieira (FotoRua/Folhapress).....49**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA: em busca da autorrealização como sujeitos e como coletividade	13
1.1. Diferença e antagonismo como marcas de uma sociedade plural	13
1.2. Espaço da Aparência sob a ótica arendtiana	15
1.3. Teoria do reconhecimento, autorrealização e autonomia	17
1.4. Críticas à teoria do reconhecimento	20
CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: demandas e perturbação da(s) ordem(ns)	25
2.1. Breve discussão acerca das representações	25
2.2. Representação política	26
2.3. Quem representa quem e o que	29
2.4. Perturbação das ordens	33
CAPÍTULO 3 – O GOVERNO DORIA E ANÁLISE DE PERFORMANCES: demandas por representação, dissenso e ameaças ao mundo comum	37
3.1. O Governo Doria: “João trabalhador”	37
3.2. Construção metodológica	40
3.3. Analisando demandas por autorrealização e representação política	42
3.4. Conclusões das análises	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO	59

INTRODUÇÃO

O tema dessa monografia se volta a pensar a relação entre comunicação, política e existência das diferenças. Nesse sentido, o esforço desse trabalho é compreender como, a partir de uma pesquisa em comunicação, é possível perceber a existência, no espaço público, dos sujeitos na relação com eles mesmos e, sobretudo, na relação com o Estado e com os representantes políticos. Sendo assim, o problema principal desta monografia pode ser colocado como a tentativa de investigar a relação entre a autorrealização dos sujeitos e a representação política em contextos multiculturais, complexos e pluralistas.

Dessa forma, buscamos apreender em que medida existe uma ligação entre a possibilidade dos sujeitos, em suas diferenças, se realizarem na cena pública e a ocupação de cargos públicos por representantes políticos sensíveis, ou não, à emergência de demandas ao longo do processo de governabilidade.

A realidade empírica utilizada como base para este trabalho é o estudo de alguns atos de relação entre o representante eleito democraticamente João Doria e seus representados na cidade de São Paulo, de janeiro de 2017 a abril de 2018. Argumenta-se que, a partir da atuação de Doria, é possível compreender em que medida o processo de construção da sua representação política, a partir de algumas performances, se mostra com potencial democrático de consideração da autorrealização dos sujeitos ou com potencial ameaçador à existência cotidiana e concreta desses sujeitos.

Acreditamos que este trabalho possui dois campos de relevância: acadêmica e social. Para muito além de uma área de instrumentalização de processos midiáticos, a Comunicação é uma área do conhecimento que nos ajuda a pensar a nossa contemporaneidade, a compreender como as interações realizadas em determinados contextos e observadas a partir de algumas práticas e performances de atores são capazes de nos apresentar elementos do nosso próprio tempo. Uma vez que tentamos compreender as interações que acontecem em determinado contexto e a partir de papéis sociais específicos – representante e representados – torna-se visível a contribuição deste trabalho para os estudos em Comunicação, com especial foco em Comunicação e Política.

Socialmente, a relevância deste trabalho se dá na medida em que é dever de uma Universidade Federal, financiada com recursos públicos, pesquisar e investigar processos sociais aos quais todos nós estamos submetidos. Temos aqui um gesto que demonstra preocupação com o contexto social no qual estamos inseridos e pelo qual somos afetados, principalmente se esses contextos têm potencial para melhorar a nossa sociedade ou para ameaçá-la.

Dito isso, para compreender a proposta deste trabalho, foram feitas algumas escolhas conceituais, como as que se seguem. Partimos da noção de aparência no espaço público, elaborada por Hannah Arendt, e sua compreensão de que, em uma sociedade complexa e pluralista como a nossa, as diferenças só podem existir se puderem aparecer. Outra escolha teórica é a ideia de que uma democracia deve compreender antagonismos e uma dinâmica constante entre o consenso e o dissenso, como propõe Chantal Mouffe.

Também abraçamos a noção de reconhecimento de Axel Honneth, que demonstra que, no espaço público, os sujeitos buscam reconhecimento em três esferas: no amor, nos direitos e na estima social. Esse reconhecimento torna-se fundamental para a existência das diferenças. Para a compreensão do dissenso e das ordens policial e política, Jacques Rancière foi fundamental. Por fim, outra grande referência para este trabalho foi a ideia de demandas por representação de Michael Saward, que afirma que a representação política supera a representação simplesmente eleitoral, e se faz com interação entre sujeitos que vivenciam o contexto, de modo que esses sujeitos encaminham demandas ao representante por meio de performances emergentes e constantes na cena pública.

A partir desses e de outros autores citados ao longo deste trabalho, observamos que um espaço público aberto às diferenças se dá a partir de uma série de identidades que se organizam na busca por reconhecimento. Tais identidades aparecem nas cenas polêmicas e nas performances que buscam sensibilizar os representantes. Para o nosso estudo, escolhemos episódios dissensuais da gestão de João Doria relatados no texto do jornalista Nikolas Spagnol (detalhado adiante) e em portais de notícias, de modo a analisar as performances dos representados e do representante político.

Buscamos os indícios, compreendendo a comunicação como uma disciplina indiciária (BRAGA, 2008) e, partir deles, evidenciamos e analisamos essas performances e a relação com o processo de construção de representação política de João Doria. Tivemos como base, sobretudo, as possibilidades ou impossibilidades dessa representação para a autorrealização dos sujeitos no mundo comum.

A escolha de João Doria para este trabalho se deu a partir de certo estranhamento e fascínio com a figura do gesto político. Ainda em 2016, quando sua campanha municipal ganhou repercussão nacional, as declarações e promessas de Doria me chamaram a atenção e suscitaram a vontade de pesquisar sobre o impacto desse tipo de discurso na sociedade. À época, ao contrário do que acontece hoje, não era muito explorada a figura de *outsider* da política e, por isso, João Doria pareceu a escolha ideal para a análise proposta por esta monografia.

Além desta introdução, esta monografia se organiza em três capítulos, seguidos de considerações finais e anexo. No capítulo 1, intitulado “DEMOCRACIA: em busca da autorrealização como sujeitos e como coletividade”, buscamos desenvolver o argumento de que a realização dos sujeitos está intrinsecamente ligada ao aparecimento das diferenças no espaço público. Em seguida, no capítulo 2, chamado “REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: demandas e perturbação da(s) ordem(ns)”, abordamos a nova noção de representação política que se estabelece pela apresentação de demandas em cenas dissensuais. No capítulo 3, “O GOVERNO DORIA E ANÁLISE DE PERFORMANCES: demandas por representação, dissenso e ameaças ao mundo comum”, buscamos desenvolver a metodologia de trabalho, a análise das performances e nossas conclusões referentes a elas. Nas considerações finais, buscamos evidenciar as conclusões gerais desta monografia e apontar a possibilidade de outros estudos sobre o tema. Apresentamos ainda, como anexo, o texto “Doria, o Antipolítico”, de Nikolas Spagnol. O material, além de referência, serviu também como gatilho para a realização deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA: em busca da autorrealização como sujeitos e como coletividade

1.1. Diferença e antagonismo como marcas de uma sociedade plural

A sociedade moderna, cujo regramento se dá por meio de um regime democrático (ou seja, com o pressuposto da representatividade popular), é caracterizada pela pluralidade e, mais do que isso, pela aparição e visibilidade das diferenças. Sabemos que as diferenças existem porque elas são evidenciadas em um mundo comum ao serem levadas a público e, dessa forma, na concepção de Hannah Arendt (2007), assumem a possibilidade de serem vistas e ouvidas por todos. Essa publicização das diferenças reforça o conceito da pluralidade humana. Na tentativa de compreender como funciona uma determinada lógica democrática em uma sociedade complexa e plural como a nossa, bem como os impactos da heterogeneidade de pensamento, culturas e modos de vida na realização dos sujeitos, recorreremos aos estudos de autores que se debruçaram sobre as dinâmicas dos conflitos que emergem quando essas diferenças são colocadas em um espaço comum.

Em *A Condição Humana*, Arendt explica que a pluralidade é o requisito básico para todas as nossas relações e que essa pluralidade, ao mesmo tempo que carrega sentido de igualdade entre os homens, também significa diferença:

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos que já existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender (2007, p. 188).

Desse modo, não podemos falar em pluralidade sem mencionar a singularidade (*uniqueness*) dos homens. Para além das necessidades primárias e sensações, como fome e medo, o homem “comunica a si mesmo” e se faz entender através da ação e da fala no espaço público. Sem essas duas manifestações – ação e fala – uma vida não deixa de ser vida, em seu sentido biológico, mas certamente deixa de ser uma *vida humana*, ou seja, a vida que não nos é imposta pela necessidade que nos motiva a trabalhar nem incitada pela utilidade que nos impulsiona a realizar obras (MAGALHÃES, 2009, p. 73).

A noção de espaço público foi caracterizada por Hannah Arendt como sendo a esfera essencial para a existência das coisas e, assim, para a realidade. A autora afirma que “a percepção da realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de uma esfera pública” (2007, p. 61). Como reforça Theresa Magalhães (2009), a realidade, para Arendt, é constituída pelas coisas que aparecem no domínio público. Uma vez privados desse espaço, os sujeitos se afastam da própria realidade. Utilizando-se da aparência no espaço público, as pessoas se mostram e passam a existir umas para as outras, constituindo relações.

Nesse sentido, a convivência em sociedade se dá necessariamente na interposição de todas as coisas e pessoas que habitam o mundo, “como uma mesa se interpõe aos que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (ARENDR, 2007, p. 62). Tais relações entre os homens podem ser de qualquer natureza, inclusive (e especialmente para nosso estudo) relações de poder e, como consequência, em sociedades democráticas, emergem relações de resistência e antagonismos.

Uma sociedade efetivamente democrática é a que permite a escolha entre projetos legítimos e enfatiza tanto a possibilidade de resistência quanto a importância do dissenso. Isso porque, para Chantal Mouffe, engana-se quem pensa que em uma “boa sociedade” os antagonismos foram erradicados. A bem da verdade, Mouffe afirma categoricamente que o consenso não pode existir sem a constante ameaça do dissenso.

Na tentativa de compreender os mais diversos antagonismos que surgiram com a globalização e a partir do fim da Guerra Fria, Mouffe apresenta um novo modelo de teoria política: o pluralismo agonístico. Essa alternativa democrática se baseia na distinção entre os termos “político” e “política”. O primeiro, diz respeito à “dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas”.

De outro lado, a política, para Mouffe, “refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas” (2003, p. 16) por serem diretamente influenciadas pelo político. Assim, por se tratarem de relações entre seres humanos, a autora

defende que é impossível, em uma democracia, existir consenso sem exclusão ou consenso pleno, isto é, as cenas políticas estarão sempre sujeitas ao confronto e à mudança. A essa situação de impermanência, Mouffe dá o nome de “consenso conflitual”.

Lidar com o conflito e com a diversidade é essencial para uma política democrática, em detrimento à tendência ao silenciamento de vozes dissidentes, observado nas democracias tradicionais pouco agonísticas. No contexto do pluralismo agonístico, o “outro” deixa de ser visto como “inimigo”, alguém a ser eliminado, mas sim como “adversário”, nas palavras de Chantal Mouffe, “alguém cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar” (2003, p. 16).

Dessa forma, pode-se dizer que as premissas de uma democracia pluralista são a possibilidade do dissenso e a promoção de meios e instituições para sua manifestação. Essa noção de democracia aberta à diversidade de ideias, à legitimação das mesmas e à liberdade de escolha entre elas é, para nós, base de compreensão para a autorrealização dos sujeitos nessa sociedade complexa e pluralista.

1.2. Espaço da Aparência sob a ótica arendtiana

Pode-se dizer que, hoje, ser e aparecer são basicamente a mesma coisa¹. Isso é o que nos enuncia Hannah Arendt nas primeiras páginas de *A Vida do Espírito* (*The Life of the Mind*). Para a autora, todos os homens (e tudo que existe) nasceram para *aparecer* e, por conseguinte, serem vistos (e serem ouvidos, sentidos, percebidos).

Simultaneamente, assim como aparecemos e somos percebidos, também percebemos o aparecimento dos outros. “Nada nem ninguém existe neste mundo cujo próprio ser não pressuponha um *espectador*”² (ARENDR, 1978, p. 19), ou seja, tudo que colocamos no espaço público através da aparência está sujeito à reação dos demais sujeitos.

¹ “Neste mundo em que chegamos e aparecemos vindo de lugar nenhum, e do qual desaparecemos em lugar nenhum, *Ser e Aparecer coincidem*”. Tradução livre de: “*In this world which we enter, appearing from a nowhere, and from which we disappear into a nowhere, Being and Appearing coincide*” (ARENDR, 1978, p. 19).

² Tradução livre de: “*Nothing and nobody exists in this world whose very being does not presuppose a spectator*” (ARENDR, 1978, p. 19).

Mais do que simplesmente aparecer, a visão arendtiana da aparência implica aparecer para alguém (*it-appears-to-me*), ao que ASSY (2004) chama de “percepção ativa”. Arendt quer dizer, discorre Assy, que nenhuma ação manifestada nesse mundo das aparências, ou seja, no espaço público, será percebida em todas as suas nuances de uma só vez pelo mesmo espectador. Sendo assim, podemos afirmar que a aparência varia com o contexto.

Isso significa dizer que, considerando a pluralidade da nossa sociedade, os atos de um sujeito poderão ser vistos – e interpretados – de maneiras diferentes, a depender de “perspectivas particulares” influenciadas pela opinião pública, preconceitos, instrução, e muitos outros fatores, os quais Arendt denomina “órgãos particulares de percepção”. O espaço da aparência sempre é anterior à própria construção de um espaço público, visto que o primeiro independe da fabricação humana:

O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e portanto precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo [...]. Onde quer que os homens se reúnam, esse espaço existe potencialmente [...] (ARENDR, 2007, p. 211-212).

Nessa perspectiva, Assy elenca duas conotações do pensamento de Arendt para a noção de aparência. A primeira nos diz que é aparência no espaço público que define a realidade. Em outras palavras, a realidade é construída na medida em que observamos as ações do outro e, ao mesmo tempo, temos nossas próprias ações observadas:

A pluralidade dos homens é mais essencial na constituição do sentimento de realidade do que a evidente e constante diferenciação dos objetos. É essa “luz brilhante da constante presença dos outros no espaço público” que constitui a realidade³ (ASSY, 2004, p. 301).

Por sua vez, a segunda conotação arendtiana para a aparência assume que o termo ‘público’ pode ser lido como sendo o próprio mundo, pois cada espaço público, politicamente organizado à sua própria maneira, assegura aos sujeitos as condições para sua existência e, conseqüentemente, para a sua aparência (ASSY, 2004, p. 301-302).

Como bem ressalta Arendt (2007, p. 15), “[...] o idioma dos romanos [...] empregava como

³ Tradução livre de: “*The plurality of men is more essential in constituting the feeling of reality than the evident and stable differentiation of the objects. It is this “bright light of the constant presence of others on the public scene,” that constitutes reality*” (ASSY, 2004, p. 301).

sinônimas as expressões ‘viver’ e ‘estar entre os homens’ (*inter homines esse*), ou ‘morrer’ e ‘deixar de estar entre os homens’ (*inter homines esse desinere*’). Por isso encontramos, ao longo suas obras, especialmente em *A Condição Humana*, a tese de que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política” (2007, p. 15), e de que é a pluralidade a premissa para toda vida política.

1.3. Teoria do reconhecimento, autorrealização e autonomia

A teoria das condições intersubjetivas de Alex Honneth (2003), inspirada por noções hegelianas, alega que o aumento da autonomia pessoal é diretamente proporcional ao progresso das estruturas sociais de reconhecimento. Nilmar Pellizzaro (2015), em recente estudo baseado na teoria supracitada, estabelece um vínculo entre a autorrealização e o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, na medida em que afirma que a possibilidade de autorrealização na vida de uma pessoa depende necessariamente do reconhecimento, pelo resto da sociedade, de suas potencialidades e demandas identitárias; estas, uma vez não atendidas nas relações entre os sujeitos, têm como efeito o conflito social – as lutas por reconhecimento.

A fim de elucidar essa ligação, Pellizzaro elenca as três classificações de Honneth, baseadas na proposta de Charles Taylor para o reconhecimento intersubjetivo: relações primárias (amor), jurídicas (direitos) e solidárias (estima social). Para Zurn (2005, p. 92), esses três processos intersubjetivos configuram os meios pelos quais os modos de viver dos indivíduos são mantidos e constantemente reproduzidos.

As relações primárias, que ocorrem no âmbito das amizades e da família, são assim chamadas por serem o primeiro contato dos sujeitos com sua própria identidade, na medida em que têm grande impacto na construção da autoconfiança (PELLIZZARO, 2015, p. 232-234). A título de exemplo, Zurn (2005) preleciona que o desenvolvimento da autoconfiança nas crianças está diretamente ligado ao reconhecimento constante de suas identidades, a partir da criação de ambientes estáveis para a manutenção da sua visão sobre si mesmo e sobre o mundo.

As relações jurídicas dizem respeito a uma característica essencial para a autorrealização dos participantes de sociedades complexas e garantida pela legislação da grande maioria dessas

sociedades: o direito à igualdade perante a lei⁴, relacionado ao autorrespeito. Além da prerrogativa legal, o reconhecimento nesse tipo de relação também se dá na possibilidade resguardada às pessoas de decidir sobre as normas comuns, ou seja, na autonomia da participação dos processos de elaboração das regras sociais e no reconhecimento de que seus direitos são iguais aos dos outros, apenas por serem todos reconhecidos como membros da mesma sociedade, “igualmente merecedores da liberdade, do acesso ao processo político e de obrigações legais”⁵ (ZURN, 2005, p. 92).

As relações ligadas à solidariedade, segundo Pellizzaro (2015), têm vínculo com a construção da autoestima do indivíduo, a partir do reconhecimento mútuo. Isso significa dizer que, conforme as outras pessoas passam a reconhecer socialmente o modo de vida do sujeito, este passa a reconhecer e a validar a si mesmo. Com o desenvolvimento das sociedades ocidentais, como observa Benevides (2016, p. 313), a estima social passa a ser preenchida pelas categorias de *reputação* e *prestígio* dos sujeitos. Dessa forma,

quanto mais plural for uma comunidade em termos de valores, mais facilmente os sujeitos nela envolvidos serão mais estimados e terão suas escolhas reconhecidas. [...] Portanto, o grau de reconhecimento é medido pelo prestígio e a reputação perante os demais, o que implica sentir-se mais ou menos estimado socialmente e, conseqüentemente, gerar maior ou menor autoestima (PELLIZZARO, 2015, p. 234-235).

Pellizzaro esclarece que estas três categorias de reconhecimento, segundo Honneth, estão imperiosamente atadas ao contexto social e cultural na qual estão inscritas. Mais uma vez, tomamos a abordagem de Zurn, que afirma que:

enquanto a autoconfiança e a autoestima [relações primárias e solidárias] envolvem a compreensão do sujeito em sua particularidade concreta, o autorrespeito [direito] envolve a relação do sujeito em uma universalidade abstrata⁶ (ZURN, 2005, p. 93).

Dadas as expectativas de reconhecimento geradas pelas três relações citadas, a sua não

⁴ Art. 3º da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, país de origem de Alex Honneth, e Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁵ Tradução livre de: “*equally deserving of rights to negative liberty, access to political processes, and the burdens of legal responsibility*” (ZURN, 2005, p. 92).

⁶ Tradução livre de: “*while self-confidence and self-esteem involve the understanding of oneself in one’s concrete particularity, self-respect involves a relation to oneself in one’s abstract universality*” (ZURN, 2005, p. 93).

realização também gera consequências, a saber: nas relações primárias, o desrespeito se dá com maus tratos e violência, e tem como efeito a humilhação. Já no caso das jurídicas, sua desconsideração causa a privação de direitos e a exclusão social. Por fim, na ausência das relações solidárias, pode haver o aparecimento da degradação e ofensa (PELLIZZARO, 2015, p. 236).

Tais *desrespeitos* estão relacionados ao enfraquecimento da autonomia, pois esta “depende dos vínculos intersubjetivos e das competências comunicativas desenvolvidas pelos indivíduos em suas redes cotidianas de interação” (MARQUES, 2011, p. 130).

Essa relação de dependência entre reconhecimento e autonomia também está presente da teoria de Honneth, para quem a violação aos modos de vida do sujeito reflete diretamente na compreensão que este tem de si mesmo e, portanto, na sua possibilidade de ser autônomo:

Para Honneth, salvo raras exceções, a capacidade de sermos autônomos e termos uma vida autorrealizada está essencialmente ligada ao fato de sermos reconhecidos socialmente. Por isso, o desrespeito -nas suas diversas formas-, afeta diretamente a nossa autocompreensão, e, conseqüentemente, nossa autorrealização e autonomia (PELLIZZARO, 2015, p. 236).

É preciso destacar que a não consumação das expectativas de reconhecimento pode ser apontada, fundamentalmente, como a causa de problemas sociais diretamente ligados à marginalização de determinados grupos (mulheres, negros, homossexuais, indígenas), questões que são demonstradas na forma de preconceito e discriminação que, por sua vez, provocam “sentimentos afetivos negativos tais como a vergonha, a ira, o desprezo, a vexação” (PELLIZZARO, 2015, p. 238).

Vale ressaltar que as formas de desrespeito supracitadas elucidam que certos modos de vida, ao contrário do que seria razoável em uma realidade pluralista e democrática, são socialmente desconsideradas. Esses efeitos (a ofensa, o desrespeito) podem levar os mais diversos grupos marginalizados e sujeitos ao dissenso, proveniente do que Honneth (2003) chama de uma “luta por reconhecimento”, conforme Pellizzaro:

[...] o que move os diversos grupos marginalizados em suas demandas sociais é uma luta para terem suas identidades e formas de vida reconhecidas socialmente. Por isso, o conflito está na base da interação social e a sua dinâmica é fornecida por essa luta

por mais reconhecimento social. Nem todas as esferas de reconhecimento contêm em si a tensão moral para por em marcha conflitos sociais, mas especialmente aqueles cujos objetivos vão além do horizonte das intenções individuais, de modo que a esfera do amor dificilmente conterá experiências capazes de promover uma luta social por reconhecimento (PELLIZZARO, 2015, p. 235).

Ademais, conforme destacou Benevides (2011, p. 312), estes efeitos são “capazes de estabelecer processos conflituosos e, desta maneira, servirem como impulsos para a resistência social estabelecendo a luta por reconhecimento”. Em outras palavras, o conflito que brota dos sentimentos de injustiça social é a condição básica para a busca pela ampliação do reconhecimento.

1.4. Críticas à teoria do reconhecimento

Há quase trinta anos, a teoria do reconhecimento, como abordada por Honneth, tem sido tema de diversos debates. Aqui, destacaremos as críticas feitas por Nancy Fraser e Patchen Markell, a partir da defesa de Ricardo Mendonça da dimensão intersubjetiva da teoria. Também abordaremos os questionamentos de Alain Caillé sobre algumas limitações da busca pelo reconhecimento.

Visto por seus críticos como a luta de certos grupos por valorização, é preciso ressaltar que o conceito de luta por reconhecimento proposto por Honneth e defendido por Mendonça vai além dessa simples definição. Para Mendonça (2011), alguns autores usam a teoria do reconhecimento desconsiderando o seu caráter intersubjetivo, ou seja, desprezando um traço primordial para a sua compreensão: a relevância das relações entre os sujeitos. Isto porque “é na força emancipatória da *interação* que Honneth deposita suas esperanças de um mundo melhor” (MENDONÇA, 2011, p. 69, grifo nosso), através das lutas que permitiriam criar, no âmbito social, mudanças efetivas e um ambiente favorável à autorrealização individual por intermédio da inclusão no coletivo.

Críticos da teoria do reconhecimento, porém, observam a importância dada por Honneth à realização do sujeito como um foco exacerbado no indivíduo. Fraser, por exemplo, como podemos analisar a partir de Mendonça, considera que, em vez de promover o respeito em uma

sociedade pluralista como um todo, o modelo voltado à individualidade funciona como um catalisador para o agrupamento raso de grupos que compartilham de uma mesma identidade, um mesmo modo de pensar, uma mesma etnia, etc.

Assim, para a autora, perspectivas como essa “[...]servem não para promover a interação respeitosa em contextos crescentemente multiculturais, mas para simplificar e reificar drasticamente grupos identitários. Elas tendem a encorajar o separativismo, a intolerância e o chauvinismo, o patriarcalismo e o autoritarismo” (2000, p. 108, traduzido por Mendonça). Por isso, Fraser defende que “a justiça social deve ser norteada [...] pela paridade de participação, em vez da autorrealização”.

Nesse sentido, a leitura da teoria do reconhecimento feita por Fraser pode levar facilmente ao pensamento de que a visão de Honneth – o respeito à autorrealização dos sujeitos – abriria espaço para a autorrealização de todos os sujeitos com todo tipo de pensamento, como, por exemplo, a legitimação das demandas de grupos extremistas, cuja realização se daria na eliminação de outros grupos. A visão de Fraser foi sintetizada por Mendonça (2011, p. 70): “Colocar a identidade no cerne da teoria do reconhecimento impediria Honneth [...] de discernir as lutas justificáveis das injustificáveis. A perspectiva [...] careceria de um critério de justiça que se sobrepusesse aos anseios dos sujeitos por realizar seus desejos”.

Em perspectiva semelhante, outros autores também questionam até que ponto o reconhecimento deve ser um direito imprescindível. Essa suposta incapacidade dos teóricos do reconhecimento em definir o limiar entre o legítimo e o não legítimo foi abordada por Caillé, que manifesta certa preocupação com a perpetuação de injustiças geradas pela constante caça ao reconhecimento. Portanto, a teoria do reconhecimento, uma vez considerada incapaz de definir o aceitável e o absurdo, “pode alimentar a concorrência entre as vítimas de injustiças e uma excessiva e infinita criação de novos direitos que ameaçam rapidamente se revelar como autodestruidores” (CAILLÉ, 2011, p. 27-29).

Diante de todas as considerações feitas, emerge a seguinte indagação: deveríamos nós, enquanto sociedade democrática e pluralista, aceitar e defender todas as ações e discursos em nome da realização dos sujeitos? É evidente que não. Karl Popper enunciou, já em 1974, o

paradoxo da tolerância, segundo o qual “a tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância” (POPPER, 1974, p. 289). Assim, ao permitir a realização de demandas intolerantes, o resultado lógico é a supressão da realização de outrem.

É necessário afirmar, neste ponto, que não estamos falando em anular a manifestação de identidades intolerantes, nem foi este o propósito de Popper. A ideia é tão somente impedir que a intolerância se realize ao ponto de interromper a tolerância:

Nesta formulação, não quero implicar, por exemplo, que devemos sempre suprimir a manifestação de filosofias intolerantes; enquanto pudermos contrapor a elas a argumentação racional e mantê-las controladas pela opinião pública, a supressão seria por certo pouquíssimo sábia. [...]. Deveremos exigir que todo movimento que pregue a intolerância fique á (sic) margem da lei e que se considere criminoso qualquer incitação á (sic) intolerância e à perseguição, do mesmo modo que no caso da incitação ao homicídio, ao sequestro de crianças ou à revivescência do tráfico de escravos (POPPER, 1974, p. 289-290).

No tocante ao reconhecimento ilimitado acerca do que é legítimo ou não, o próprio Honneth esclareceu que nem todas as demandas são válidas e nem todos os reconhecimentos são justos quando se trata da identidade dos sujeitos, como bem cita Mendonça (2011, p.73-74): “Honneth (2003b, p. 172), no entanto, é categórico quando afirma que ‘é óbvio que não podemos endossar qualquer revolta política como tal – que não podemos considerar toda demanda por reconhecimento como moralmente aceitável’”.

Assim, percebemos que Honneth de fato traça certa limitação para a autorrealização, de forma que, para serem consideradas válidas, as demandas dos sujeitos e dos grupos precisam levar em consideração o espaço e a existência do outro, ou seja, a justificativa das reivindicações deve ser forte e obrigatoriamente baseada na reciprocidade.

Markell, por sua vez, questiona a validade da própria luta por reconhecimento, afirmando que essa busca está ligada ao perigoso desejo pela soberania, na medida em que, no esforço de se sentirem realizados plenamente, os sujeitos poderão, deliberadamente ou não, cercear as possibilidades de outros e contribuir para a exclusão social. Como sumariza Mendonça (2011, p. 70-71): “Paradoxalmente, a busca de reconhecimento acabaria por produzir não reconhecimento, tendo em vista que gera subordinação. A injustiça, nesse viés, encontra suas raízes nos privilégios e nas subordinações”.

Portanto, seguindo a argumentação de Markell, as lutas deixam de ter como objetivo o reconhecimento e passam a projetar os anseios de soberania. A proposta do autor é dar foco na ação e no entendimento de que os sujeitos não possuem domínio sobre suas identidades para, em primeiro lugar, almejar realizá-las através do reconhecimento. É aqui que Markell (2003, p. 38 apud MENDONÇA, 2011, p. 71) sugere a substituição do termo ‘reconhecimento’ pela noção de *acknowledgement*:

Acknowledgement é em primeiro lugar autodirigido (em vez de dirigido ao outro); seu objeto não é a própria identidade de alguém, mas sua condição e circunstância ontológica básica, particularmente sua própria finitude; [...] e, finalmente, *acknowledgement* envolve reconciliar-se com, em vez de buscar superar, o risco de conflito, hostilidade, mal-entendido, opacidade e alienação que caracteriza a vida.

De acordo com a análise de Mendonça, Markell defende que não é papel das lutas sociais (por reconhecimento) colocar a identidade de grupos minoritários, ou quaisquer que sejam, em voga na sociedade, mas sim “provocar uma reflexão sobre o modo como tal grupo entende a si mesmo e é percebido pelos outros”.

Por fim, Mendonça argumenta que, em diversos pontos de suas críticas, Fraser e Markell negligenciam o fundamento intersubjetivo, ponto chave da teoria de Honneth. Esquecem os críticos que a ideia principal não é a autoafirmação, mas sim a relação e a construção de possibilidades onde os sujeitos sejam mutualmente reconhecidos. Mendonça (2011, p. 72) é particularmente enfático na defesa desta teoria:

Nas formulações teóricas de Honneth e Taylor, o reconhecimento é uma *luta intersubjetiva*. Essa noção tem uma série de implicações. Admitir que se trata de uma *luta* é assumir que o reconhecimento não pode ser concedido, alcançado ou doado. O reconhecimento não está restrito a fins específicos, nem é limitado a conquistas na esfera de direitos garantidos pelo Estado. Ele não é um prêmio final que liberta grupos oprimidos.

Até aqui, podemos afirmar, conforme analisou TELLES (1990, p. 48), que o espaço público não é igualitário, uma vez que “a garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões”. Fato visível, por exemplo, nas lutas por reconhecimento de movimentos sociais, como já citamos.

Uma vez observados os apontamentos sobre as dimensões de reconhecimento, passaremos,

agora, a questionar em que medida os sujeitos têm suas identidades respeitadas no espaço público, especificamente nas atividades políticas que o preenche. Em nosso próximo capítulo, buscaremos abordar o lugar da representação na nossa sociedade, considerando como são estabelecidas e ameaçadas as ordens policiais e políticas em um contexto de diferenças, a partir de conceitos de Jacques Rancière e pesquisas sobre os novos caminhos da representação, em especial, a representação política.

CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: demandas e perturbação da(s) ordem(ns)

2.1. Breve discussão acerca das representações

Vimos, no capítulo anterior, que a democracia passa longe de ser definida como um estado permanente de consenso na sociedade. Pelo contrário, apresentamos autores que afirmam que o consenso jamais será alcançado pois, até mesmo em momentos de tranquilidade política, há a “ameaça” do dissenso e que as relações de antagonismo são benéficas ao regime democrático (MOUFFE, 2009). Porém, não podemos afirmar que todos os sujeitos e grupos que buscam o reconhecimento e sua autonomia nesse contexto de diferenças e antagonismos têm seu objetivo alcançado, surgindo um número cada vez maior, e legítimo, de demandas por participação e representação política.

Dessa forma, abordaremos nesta seção algumas formas de representação e como se dá essa dinâmica em meio a uma democracia, como apresentado por Urbinati, Saward e outros. Nesse sentido, elucidaremos também algumas interpretações do pensamento de Jacques Rancière no que se refere à política, política, cenas de dissenso, cena polêmica, partilha do sensível e dano, conceitos que consideramos essenciais para a análise do nosso tema de pesquisa.

Preliminarmente, para discutir representação, precisamos compreender como ela pode ser aplicada ao regime político no qual se insere a sociedade brasileira. Nesta seção, apresentaremos três teorias de representação analisadas por Nadia Urbinati (2006): representação jurídica, institucional e política⁷, as quais também podem definir, segundo a autora, democracia direta, eleitoral e representativa, respectivamente. Entretanto, “apenas [a representação política] faz da representação uma instituição consonante com uma sociedade democrática e pluralista” (URBINATI, 2006, p. 197) e, por esse motivo, enfatizaremos essa perspectiva em nosso estudo.

Partindo da perspectiva jurídica, assim chamada por tratar a representação como um tipo de

⁷ A autora identificou essas três teorias nos trabalhos de Rousseau, Sieyes e Condorcet e as analisou em artigo publicado na Revista Lua Nova, em 2006.

contrato privado – onde os sujeitos delegam a representantes (delegados) o direito de realizar ações em nome da coletividade, Urbinati estabeleceu que este modelo caracteriza a associação entre quem escolhe (eleitorado) e quem é escolhido (representante) de acordo com uma “lógica individualista e *não-política*, na medida em que supõe que os eleitores julgam as qualidades pessoais dos candidatos, ao invés de suas ideias políticas e projetos” (grifo nosso). Paradoxalmente, a representação jurídica se mostra pouco representativa, uma vez que:

pode ser uma estratégia de edificação de instituições na condição de que seja dada aos súditos apenas a tarefa de selecionar os legisladores. Também neste caso a soberania é essencialmente voluntarista e sua vontade restrita à vontade eleitoral, com o resultado (e o propósito consciente) de que a nação soberana fala apenas através da voz dos eleitos (URBINATI, 2006, p. 200).

Tal abordagem também se dá na representação institucional, de sorte que podemos afirmar, como conclui Urbinati, que tanto a representação jurídica quanto a institucional esvaziam a identidade política dos sujeitos, reduzindo o indivíduo ao mero agente eleitor anônimo e vazio de demandas posteriores ao processo de autorização (as eleições). Contudo, estes tipos de representação, que têm como fundamento a *autorização*, se mostram adequados a certos cenários, como comunidades locais e organizações, mas não à uma sociedade representativamente democrática.

2.2. Representação política

A fim de nos aprofundarmos na representação política, é preciso observar como uma democracia permite o aparecimento de tal perspectiva. Nesse sentido, faz-se necessário destacarmos que, no senso comum, a democracia é frequentemente reduzida ao ato de participação/autorização que se dá no voto, em eleições periódicas para a escolha de representantes. Todavia, o regime onde o povo manifesta seus interesses e vontades pelo voto, onde a maioria é, a princípio, representada, não dá conta de refletir todos os grupos e sujeitos que demandam por representação.

A própria configuração social reforça essa afirmação, como aponta o jurista Túlio Vianna: o “estado democrático de direito [...] não se confunde com ditadura da maioria. As liberdades

individuais só podem ser limitadas se – e somente se – o exercício de uma determinada autonomia provocar dano a outrem” (VIANNA, 2014, p. 1).

Sendo assim, Nadia Urbinati alega que uma democracia genuinamente representativa é diferente de uma democracia eleitoral em um importante aspecto: ao passo em que a última usa o artifício da autorização para legitimar a escolha de políticos, a primeira se estabelece como um “processo circular (susceptível ao atrito) entre as instituições estatais e as práticas sociais” (2006, p. 192). Em outras palavras, tal processo dinâmico é essencial para se estabelecer um liame entre os interesses do Estado e a realidade do povo, resultado de uma “luta para a redefinição das fronteiras entre as suas condições sociais e a legislação” (URBINATI, 2006, p. 196).

Corroborando com esse raciocínio, Hannah Pitkin bem resumiu que, quando se trata de política, a representação implica em o representante “agir de acordo com o interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles”⁸ (PITKIN, 1967, p. 209), ou seja, em um governo constantemente visado por seus eleitores e, antes disso, legitimado por eles, a “ativação de uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil é essencial e constitutiva, não apenas inevitável” (URBINATI, 2006, p. 202).

Neste contexto, Urbinati destaca que uma democracia verdadeiramente representativa é possível quando as ações políticas são tratadas com um lugar de opiniões passíveis de contestação e decisões sempre mutáveis. Nesse sistema de constante reajuste e negociação, enuncia Urbinati, a representação é resultado da relação entre o governo e a sociedade, uma vez que a legitimação de políticas estatais depende da confirmação do povo através não apenas das eleições, mas de outros instrumentos democráticos, tais como plebiscitos e debates entre o Poder Público e a população. Em suma:

Pode-se dizer que a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade

⁸ Tradução livre de: “*acting in the interest of the represented, in a manner responsive to them*” (PITKIN, 1967, p. 209).

democrática” (URBINATI, 2006, p. 192).

No que se refere à autorização eleitoral, é importante frisar que no século vinte, com a adoção do sufrágio universal em um número cada vez maior de países, a constante evolução da própria universalidade do conceito foi um fator muito importante para o desenvolvimento da opinião pública e crescimento da representatividade na política. De tal sorte que, apesar do termo “universal”, o direito ao voto foi por muito tempo exclusividade de determinado grupo: homens e, em muitos casos, homens de determinada classe social. Essa realidade foi sendo modificada, não facilmente, é claro, ao longo dos anos.

A França, por exemplo, apesar de ter sido um dos primeiros países onde o sufrágio “direto e universal” foi decretado, em 1848, foi um dos últimos da Europa onde as mulheres puderam eleger e serem eleitas. Isso se deu apenas em 1944, quase cem anos depois do sufrágio masculino (BESTER, 1998). Já no Brasil, os homens maiores de 21 anos eram considerados eleitores desde a Constituição monárquica, mas as mulheres só adquiriram esse direito em 1932, com o Código Eleitoral daquele ano (PORTO, 2000).

Constatamos, assim, que a universalidade do voto aconteceu gradativamente e, portanto, na medida em mais sujeitos e grupos sociais adquiriram o direito de escolher seus representantes políticos, a mais julgamento seus atos políticos foram submetidos. A importância do direito ao voto e do processo eleitoral como um todo (antes, durante e depois do dia de votação) foi destacada por Urbinati como o responsável por promover concorrência nas ações políticas – os (ant)agonismos – e, desse modo, manter os representantes em consonância com a vontade dos representados:

O direito a voto engendra uma vida política rica, que promove agendas políticas concorrentes e condiciona a vontade dos legisladores de uma forma constante, não apenas no dia da eleição. Ele encoraja o desenvolvimento amplo de formas extra-eleitorais de ação política, embora sem a garantia de que a influência política será distribuída igualmente e se tornará autorizada. Além do mais, ele realça o paradoxo da visão instrumentalista da representação, a qual, por um lado, refere-se à opinião do povo como a fonte de legitimidade e, por outro, sustenta que os representantes tomam decisões boas e racionais conforme se protegem de uma “opinião popular sempre manipulável” (URBINATI, 2006, p. 204).

Da mesma forma, o processo que envolve a participação e a responsividade dos

representantes para com os representados adquiriu espaço, colocando não eleitores, mas cidadãos no centro da comunidade, uma vez que “a representação política não elimina o centro de gravidade da sociedade democrática (o povo), ao mesmo tempo em que despreza a ideia [...] de que o *ato* de autorização seja mais importante do que o *processo* de autorização” (URBINATI, 2006, p. 203, grifos nossos).

2.3. Quem representa quem e o que

Nos últimos anos, teóricos como Almeida (2011 e 2014) e Saward (2006) identificaram uma mudança no foco dos estudos sobre representação. Para estes autores, tal alteração se mostrou não só importante, mas necessária devido ao aparecimento e proeminência de formas de representação ditas não-eleitorais. Este fenômeno, como afirma Saward, criou uma espécie de lacuna teórica nas discussões acerca da representação.

Em seu trabalho, mais do que discutir as formas de representação, o autor buscou elucidar a sua dinâmica, analisando a representação política como um processo que ultrapassa as legislaturas, ao considerar tanto representantes eleitorais quanto não-eleitorais, bem como analisar a fabricação de demandas por representação pelas instituições e pelos políticos. Nas considerações de Saward, a representação não é, ou não é apenas, o resultado automático/orgânico da escolha de um representante através do voto, mas o fruto de demandas sociais que encontram representação em outros atores além dos atores políticos tradicionais.

Conforme o autor, “precisamos nos afastar da ideia de que a representação é, antes de tudo, um produto de eleições” (SAWARD, 2006, p. 298), quando, na verdade, se trata de uma relação dinâmica entre representantes e representados. Quer dizer, “representação é um processo contínuo de fazer e receber alegações – dentro, durante e fora dos ciclos eleitorais”⁹ (SAWARD, 2008, p. 273).

⁹ Tradução livre de: “*representation is an ongoing process of making and receiving claims – in, between, and outside electoral cycles*” (SAWARD, 2006, p. 273).

Nessa empreitada, Saward desenvolveu a noção de *representative claim*¹⁰. De acordo com essa teoria, quando aplicada à atividade política especialmente, o candidato à representante apresenta determinada alegação (*claim*) à uma audiência, que pode aceitar, rejeitar ou simplesmente ignorar este *claim*, visto que nem todas as alegações e demandas são democraticamente aceitáveis (SAWARD, 2008).

Almeida (2014), apesar de defender a abordagem processual adotada por Nadia Urbinati, que apresentamos nas duas primeiras seções deste capítulo, ressalta que essa perspectiva, assim como boa parte das análises sobre representação, reduz “a atividade política da sociedade às noções de julgamento político e/ou influência indireta” (ALMEIDA, 2014, p. 176). Nessa mesma linha de intelecção, a autora afirma que tais pesquisas tornaram a representação política excessivamente ligada ao seu caráter institucional, fazendo com que as discussões fossem limitadas “ao tema do governo representativo e à lógica da representação nas esferas do Estado” (ALMEIDA, 2014, p. 177). Assim, pouco foi considerado a respeito do papel desempenhado por atores civis quando estes agem como representantes de grupos ou indivíduos até então “desorganizados”.

Tal compreensão implica em repensarmos as limitações do processo eleitoral como única forma de autorização, considerando a pluralidade e a influência dos cidadãos no processo de tomada de decisões que afetam diretamente suas vidas. No caso da representação civil, como observamos em comunidades e organizações, a escolha dos representantes frequentemente passa por algum tipo de eleição, mas também pode se dar por indicação ou escolha aleatória.

Nesse sentido, afirma Almeida (2011, p. 136),

a resposta à questão “quem representa” afasta-se dos critérios de legitimidade pensados na democracia eleitoral, sem contudo perder o foco na representatividade dos atores da sociedade civil e na sua capacidade de falar “pelos outros”. Tendo em vista que nem todos os grupos e questões podem estar adequadamente representados nesses fóruns de deliberação, aposta-se na pluralidade dos espaços e atores que apresentam demandas representativas [...]. É preciso pensar que os cidadãos podem expressar diferentes tipos de demandas de representação e essas devem ter diferentes

¹⁰ A título de esclarecimento, autoras brasileiras (ALMEIDA (2011; 2014), MAIA (2012), GARCÊZ & MAIA (2016)) traduziram, em diferentes publicações, *representative claim* para “demandas representativas” e “demandas de representação”.

espaços e mecanismos de expressão ou conviverem, sem serem necessariamente fonte de conflito.

As demandas por representação na política, na visão de Saward, são constituídas por, no mínimo, dois aspectos: o representado desempenha o papel de escolher (por meio das eleições) seu representante; e o representante, por sua vez, “escolhe” seus representados ao passar a demonstrar determinadas características que incentivem identificação com estes sujeitos, que poderão se tornar seus eleitores:

aspirantes a representantes políticos, nesse processo de representação do eleitorado, fazem reivindicações (*make claims*) sobre si mesmos, e sobre os eleitores e estabelecem vínculos entre os dois; eles argumentam ou dão a entender que são os melhores representantes de tal eleitorado¹¹ (SAWARD, 2006, p. 302).

Nesse sentido, as figuras políticas – candidatos, mas também militantes e assessores de marketing e imprensa – são, acima de tudo, atores, *makers of claims*: “representar é uma performance, é atuação por atores. Essa performance contém ou contribui para a alegação de que alguém é ou pode ser representante”¹² (SAWARD, 2006, p. 302). A performance de atores políticos não é, contudo, necessariamente bem-sucedida.

Não ocasionalmente, os eleitores se deparam com propostas fantásticas, tentativas de engendrar *claims* que apelam para o atendimento às carências mais urgentes e emoções, mas que em realidade são pouco ou nada praticáveis. Nas eleições para presidente do Brasil em 2014, a título de exemplo, encontramos muitos *makers of claims* desse tipo. O candidato pelo Partido Social Cristão (PSC), Pastor Everaldo, defendeu em rede nacional de televisão a “privatização de tudo o que fosse possível” para destinar recursos para a saúde, educação e segurança pública¹³; já um de seus oponentes, Rui Costa Pimenta, que concorreu pelo Partido da Causa Operária (PCO), propôs a substituição da polícia por milícias populares em todo o país e, além disso, afirmou publicamente que o modelo democrático seria uma “coisa do

¹¹ Tradução livre de: “[...]would-be political representatives, in this process of portrayal or representation of constituencies, make claims about themselves and their constituents and the links between the two; they argue or imply that they are the best representatives of the constituency so understood.” (SAWARD, 2006, p. 302).

¹² Tradução livre de: “Representing is performing, is action by actors, and the performance contains or adds up to a claim that someone is or can be ‘representative’” (SAWARD, 2006, p. 302).

¹³ “Pastor Everaldo promete privatizar a Petrobras se for eleito”, matéria publicada no G1 em agosto de 2014.

passado”¹⁴.

Em ambos os casos, como ficou comprovado pelos resultados nas urnas, apesar de terem mobilizado juntas quase 800 mil eleitores brasileiros, as ideias não foram bem absorvidas pelos potenciais representados: os candidatos receberam, respectivamente, 0,75% e 0,01% dos votos válidos no primeiro turno das eleições de 2014 (resultados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral). De tal sorte, os agentes que buscam fabricar *representative claims* para conquistar potenciais apoiadores não são, nas palavras de Saward, portadores de poderes mágicos, e com frequência falham. Como podemos observar historicamente, em regimes democráticos as promessas radicais como as citadas conquistam um número insuficiente de audiências, salvas as exceções.

Um bom exemplo de exceção na história recente é a vitória de Donald Trump na disputa para a presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016. Nesse caso, é importante observar que Trump e suas propostas polêmicas (como a construção de um muro na fronteira com o México, às custas do país latino; a deportação de milhões de imigrantes e até mesmo o enérgico negativismo em relação às mudanças climáticas) venceram a concorrente Hillary Clinton no Colégio Eleitoral por 306 votos a 232, mas não obtiveram, entretanto, a maioria dos votos populares¹⁵. Via de regra, afirma Saward:

Eles [os candidatos, os atores] não podem simplesmente fazer alegações sem sentido, tiradas do nada (ou se o fizerem, é muito provável que fracassem). [...] A representação é um produto do processo de fazer alegações e da aceitação, ou rejeição, pelas audiências ou por parte dela¹⁶ (SAWARD, 2006, p. 303).

Quando fala sobre os *atores*, Saward inclui também os partidos políticos. Com efeito, o autor demonstra que “escolhas estratégicas cuidadosas” devem ser feitas por esses grupos, de modo a se sustentarem como representativos de seus eleitores. Nessas escolhas, afirma Saward

¹⁴ “‘Democracia é coisa do passado’, diz o candidato a presidente, Rui Costa Pimenta”, matéria publicada no Jornal Estado de Minas em agosto de 2014.

¹⁵ “*Donald Trump has lost popular vote by greater margin than any US President*”, matéria publicada no *The Independent* em dezembro de 2016.

¹⁶ Tradução livre de: “*They cannot simply conjure claims out of the air (or if they do they are highly unlikely to succeed). [...] Representation is produced by processes of claim-making and consequent acceptance or rejection by audiences or parts of audiences*” (SAWARD, 2006, p. 303).

(2008, p. 274), os partidos buscam responder questões cujas respostas variam de acordo com o local onde os *claims* são feitos, conforme os recursos (tecnológicos, políticos, econômicos) disponíveis e estratégias possíveis.

Nesse sentido, os partidos tentam constantemente atender a questionamentos como:

como alegamos defender os interesses desse grupo? Em quais aspectos de seus interesses focaremos (e quais amenizaremos ou colocaremos em segundo plano?). Como os convenceremos de que seus principais interesses realmente são os que afirmamos ser?¹⁷ (SAWARD, 2008, p. 274).

As discussões acerca da representação política, que nos levaram a discutir o que é a representação, nos guiará agora a buscar uma compreensão do que é a política. Mais especificamente, como se estabelece a ordem política em uma sociedade democrática de modo a permitir a representação dos sujeitos nas deliberações.

2.4. Perturbação das ordens

Jacques Rancière (2006) propôs uma reformulação do conceito de política cotidianamente disseminado. Para o autor, o que se entende como *política*¹⁸ encontra definição mais adequada com o termo *polícia*, uma vez que, geralmente, a palavra é associada às noções de “vigilância e de repressão”. Desse modo, a ordem policial, como sugere a ressignificação de Rancière, se refere principalmente ao “recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce” (RANCIÈRE, 2006, p. 372).

Em outras palavras, a ordem policial seria exatamente a maneira como a sociedade tem organizado as formas de autoridade e o cumprimento das regras. Cabe ressaltar, como Rancière o faz, que esta não é, de nenhuma forma, uma conotação pejorativa da polícia. Trata-se apenas da configuração das coisas como elas se apresentam na configuração atual da sociedade e da

¹⁷ Tradução livre de: “*how do we claim to stand for the interests of this group? Which aspect of their interests do we focus on (and which do we downplay or sideline?). How do we convince them that their primary interests really are what we say they are?*” (SAWARD, 2008, p. 274).

¹⁸ A saber: “o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 2006, p. 372).

necessidade de, na ausência da possibilidade de representação e realização, causar a perturbação de tal ordem:

Nem por isso o que eu chamo polícia é simplesmente um conjunto de formas de gestão e de comando. [...] É a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das “capacidades” e das “incapacidades” associadas a tal lugar ou a tal função (RANCIÈRE, 2006, p. 372).

A política, como a conhecemos e esperamos que seja praticada, é fundamentalmente baseada no princípio da igualdade entre os sujeitos. Nesse sentido, ao passo que amplia o conceito de polícia, Rancière sugere uma limitação ao conceito de política “ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea” (RANCIÈRE, 1996, p. 372). É importante percebermos que Rancière se refere à tal pressuposição como sendo o dito princípio da igualdade. Visto que este princípio não se insere na ordem policial de forma direta e natural, como abordamos na discussão sobre reconhecimento, ele se manifesta na forma de um “desvio ou torção específica”, que já chamamos de “lutas” e chamaremos, como posto por Rancière, de *dissenso*.

Marques (2013b) e Machado (2013) sintetizaram o pensamento político de Rancière com base na relação – quase antagônica e certamente heterogênea – entre a ordem política e a ordem policial. Para Machado, Rancière estabeleceu a relação entre os processos para definir, de forma geral, o que é ser político:

Guardando semelhanças com o conceito de hegemonia [...], a polícia é o processo social através do qual se mantêm associados uma função e seu status, a posição social de uma função em relação às outras funções que se organizam na vida em comunidade. A política, por sua vez, está relacionada à igualdade e se pauta pela possibilidade de verificar as relações entre quaisquer pessoas ou grupos de pessoas (2013, p. 267).

Marques, por sua vez, compreende que enquanto a polícia se define como uma dada “configuração de uma comunidade política saturada, um corpo coletivo com seus lugares e funções alocados de acordo com competências específicas de grupos e indivíduos, sem espaço para excessos”, a política surge para reivindicar o princípio da liberdade quando este não é respeitado, “como uma ruptura específica da lógica imposta pela ordem policial”, daí há a “perturbação no sensível” gerada pelo *dissenso* (2013b, p. 128).

À vista disso, a compreensão de como se dá essa perturbação é demonstrada didaticamente por Rancière (2006, p. 373), ao tomar como exemplo um protesto em via pública: para a ordem policial, diz o autor, uma rua nada mais é do que um espaço de circulação. O protesto, por sua vez, o transforma em espaço público ao levar para a rua questões que dizem respeito a um grupo de pessoas:

Do ponto de vista dos que enviam as forças da ordem, o espaço onde se tratam os assuntos da comunidade situam-se alhures: nos prédios públicos previstos para esse uso, com as pessoas destinadas a essa função. Assim o dissenso, antes de ser a oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não têm aí seu lugar. E, aos curiosos que veem esse espetáculo, a polícia diz: “Vamos circular, não há nada para ver”. (RANCIÈRE, 2006, p. 373).

Fenômenos como o exemplificado acima desestabilizam a chamada “configuração do sensível”, o esquema de coisas, funções e pressupostos que nos cercam e nos governam. Não nos cabe fazer juízo de valor sobre qual ordem é mais adequada ou qual faz mais sentido em uma democracia, mas sim destacar o inevitável fenômeno gerado ao se abalar as estruturas tidas como fundamentais de determinada ordem policial através da ação política em prol da igualdade: a cena de dissenso. As cenas de dissenso se mostram fundamentais para a concretização das relações sociais, pois:

[...] abrem espaço para que aqueles que não eram contados passem a ser por meio do ato de tomar a palavra e enunciá-la/performá-la diante dos outros, em uma ação de verificação da igualdade que questiona, em ato, a ordem que determina quem está apto a fazer parte do comum, a aparecer nele, a ter sua fala ouvida como discurso. (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

A partir da compreensão de que os sujeitos, quando privados de seu espaço legítimo no mundo comum, buscam reconhecimento e representação através de lutas e performances polêmicas e dissensuais, buscaremos elucidar, no decorrer do próximo capítulo deste trabalho, quais as características dessas performances no contexto de uma sociedade democrática teoricamente aberta às diferenças.

Nosso pressuposto é de que tais características insinuam um tipo de governo que institui uma ordem policial não aberta às diferenças, o que nos direciona ao seguinte questionamento: esse tipo de governo ameaça o mundo comum, a existência das diferenças e as possibilidades de

representação? Com base em nosso referencial teórico desenvolvido até aqui, partimos da hipótese de que quanto mais ameaçadora para a existência das diferenças for a atuação do representante político, mais dissensuais e polêmicas serão as emergências de performances – que indicam demandas por representação e reconhecimento.

CAPÍTULO 3 – O GOVERNO DORIA E ANÁLISE DE PERFORMANCES: demandas por representação, dissenso e ameaças ao mundo comum

A partir de agora, nosso esforço será investigar quais são as características das performances de determinados atores que emergiram na cena pública em direção ao governo do ex-prefeito de São Paulo, João Doria. Entendemos essas demandas como demandas por representação de grupos plurais que desejam ser reconhecidos e ter a sua existência legitimada, tanto pelas instituições políticas quanto no espaço comum. Nesse sentido, partimos de uma breve descrição do governo João Doria e, em seguida, apresentaremos a metodologia de análise desse trabalho. Por fim, apresentaremos algumas das performances que pudemos observar, cujos critérios também serão detalhados adiante.

3.1. O Governo Doria: “João trabalhador”

O Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa define a palavra *outsider* como “pessoa que não faz parte de determinado grupo”. Na imprensa especializada, o termo é usado para caracterizar os atores políticos ditos principiantes, que normalmente se apresentam pela primeira vez como candidatos e como alternativas para a chamada velha política, marcada por frequentes denúncias de corrupção e desrespeito aos eleitores.

Em um contexto onde a população manifesta uma insatisfação generalizada com os políticos brasileiros, tal estratégia nas campanhas se mostra sedutora aos olhos de indivíduos ávidos por mudanças nesse cenário. Em fevereiro de 2018, 96% dos entrevistados em uma pesquisa do Instituto Locomotiva/Idea Big Data, encomendada pelo grupo RenovaBR¹⁹, disseram que os políticos no poder não os representavam.

¹⁹ Projeto que tem como principal objetivo a capacitação e o encorajamento de novos nomes para atuarem na política, justamente com a proposta da tão desejada renovação.

Nesse cenário, despontou na disputa pela prefeitura de São Paulo, em 2016, o empresário, jornalista, publicitário e, agora, político, João Agripino da Costa Doria Junior, mais conhecido como João Doria, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Durante toda a sua campanha, Doria buscou se destacar dos concorrentes se afastando da “manchada” imagem de político e evidenciando sua carreira empresarial, de sorte que “*não sou político, sou gestor!*” foi uma frase usada com frequência pelo então candidato em debates e apontada, inclusive, como a proposta que o levou à vitória em primeiro turno, com mais de 53% dos votos válidos.



Figura 1: No primeiro dia do mandato, Doria se vestiu de gari e foi para as ruas de SP dar entrevistas.
Fonte: Nelson Antoine (Frame Photo/Estadão Conteúdo).

Apesar de se beneficiar da imagem de *outsider* da política, João Doria não era exatamente novato no meio. O gestor preside o Lide (Grupo de Líderes Empresariais), entidade que atua, segundo o site do grupo, na promoção de parcerias entre empresas privadas e o poder público, uma atividade necessariamente política.

Além disso, antes da eleição, João Doria já era conhecido por parte da população por ter apresentado algumas edições da versão brasileira do *reality show* O Aprendiz, cuja versão original foi produzida e apresentada nos Estados Unidos por Donald Trump. O fato gerou comparações entre as trajetórias dos dois empresários, que surpreenderam analistas ao alcançar altos cargos eletivos.

A preocupação em construir uma imagem de gestor eficiente para administrar a cidade de São Paulo era evidente, como podemos notar no seguinte texto, extraído do material de

campanha de Doria:

Esse jeito de governar que está aí já provou que não funciona. São Paulo precisa sair do vermelho. Como prefeito, vou trabalhar pra fazer o que fiz a minha vida inteira como empresário: colocar a eficiência da gestão a serviço das pessoas. Vou montar um time com gente séria, competente.

O fragmento resume as principais marcas da campanha do ex-prefeito. No trecho em que afirma que “São Paulo precisa sair do vermelho”, Doria enfatiza duas coisas: a primeira é a visão empresarial do candidato, a preocupação com eficiência e gestão para manter as contas públicas saudáveis; a segunda e mais representativa é o duplo sentido empregado na frase “São Paulo precisa sair do vermelho”, um simbolismo que faz referência à cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual o então prefeito da cidade e concorrente de Doria, Fernando Haddad, era filiado.

Para Doria, o PT representa tudo aquilo que ele se propõe, segundo seu discurso, a reverter (a abominável “velha política”), e que deve ser combatido veementemente. Essa relação com o partido e com a esquerda política é uma questão que será abordada mais adiante em nossas análises.

Outro mote de sua campanha foi o slogan “João Trabalhador”. Principalmente em vídeos e *jingles*, a equipe de Doria buscou mostrar um empresário enérgico, que acordava cedo para trabalhar e só parava tarde da noite. Quando já eleito, destaques sobre as poucas horas de sono do prefeito se tornaram comuns na imprensa (em fevereiro de 2017, o site da revista *Veja* publicou que “João Doria dorme apenas três horas por noite” e ressaltou que o ritmo de trabalho atingia toda a estrutura da prefeitura).

Desde os primeiros meses de seu mandato em São Paulo, João Doria foi cotado como uma das apostas do PSDB à presidência da República nas eleições de 2018. Seis meses após sua posse, em junho de 2017, Doria fez a seguinte declaração em um evento no Rio de Janeiro, quando questionado sobre o assunto: “Não sou candidato a nada, sou candidato a ser o melhor prefeito de São Paulo. Meu compromisso é fazer uma cidade melhor e um país melhor. Nisso só tem uma bandeira, e ela não é vermelha, é verde e amarela”²⁰, negando por diversas vezes a

²⁰ “No Rio, Doria nega candidatura a presidente em 2018”, matéria publicada no site da *Veja* em junho de 2017.

pretensão à presidência, mas aproveitando também para criticar aquele que, à época, poderia ser seu principal oponente nessa disputa e que se tornou a personificação da “bandeira vermelha”, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Além do compromisso de cumprir os quatro anos do mandato, Doria também afirmava que não tentaria a reeleição²¹. Todavia, no dia 6 de abril de 2018, o então prefeito de São Paulo deixou o cargo para disputar o governo estadual nas eleições de outubro do mesmo ano.

O período de pouco mais de quinze meses à frente da prefeitura de São Paulo pode ser considerado curto, porém, foi suficiente para a emergência de diversas performances em resposta a algumas ações do prefeito Doria. O ostensivo esforço de sua equipe para garantir a presença do chefe do Executivo municipal na mídia nacional teve grande responsabilidade para o aparecimento e repercussão dessas performances.

Nesse sentido, o nosso esforço será o de analisar que tipos de performances desenvolvidas por atores apareceram na cena pública ao longo desses quinze meses. A seguir, apresentaremos quais serão essas performances e de que forma pretendemos realizar esse estudo.

3.2. Construção metodológica

Na tentativa de compreensão da emergência de performances específicas do governo de João Doria na cidade de São Paulo, nossa metodologia baseia-se na análise de conteúdo. Laville e Dionne (1999) propõem o método para, a partir da organização de casos como os que identificaremos mais a frente, buscarmos “extrair sua significação”. De acordo com os autores, para chegarmos a uma conclusão em nossa pesquisa a partir desses dados, é preciso:

[...] empreender um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 214).

Desse modo, nos propusemos a buscar alguns conteúdos que nos apresentam as

²¹ “Doria diz que, se eleito, cumprirá todo o mandato e não tentará reeleição”, matéria publicada no G1 em setembro de 2016.

performances que iremos analisar. São acontecimentos recortados em produções textuais e audiovisuais cujo teor iremos descrever e, em seguida, interpretar de acordo com o arcabouço teórico que reunimos ao longo do desenvolvimento dos dois primeiros capítulos do trabalho, de modo a demonstrarmos a hipótese da qual partimos. Braga (2008) defende que essa busca por indícios para o entendimento de fenômenos complexos, como no nosso caso, a relação entre um representante político e os cidadãos, não tem como fim apenas a descrição dos indícios, mas principalmente sua seleção e possíveis inferências, por meio de “proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2008, p. 78).

Poderíamos levantar aqui diferentes critérios (temporais, ligados a grupos específicos etc.), mas preferimos compreender menos a demanda específica de um grupo, mas a emergência em si da demanda por representação. Sendo assim, nosso esforço, mais do que buscar a representação de um grupo, é compreender as características das demandas que emergem a partir das performances. Essas emergências serão capazes de nos fornecer indícios para o potencial das relações democráticas que aquele governo buscou estabelecer com os cidadãos: tanto mais dissensual e polêmica serão estas emergências quanto mais autoritária e policial for a relação definida pelo governo.

Como citamos anteriormente, o governo de João Doria foi marcado por várias cenas polêmicas e performances que indicam demandas por representação. Nesse sentido, um texto do jornalista Nikolas Spagnol, publicado na revista Maquiavel²² em junho de 2017, se tornou fundamental para a definição dos critérios de análise desse trabalho. O texto, intitulado “Doria, o Antipolítico” (Anexo A), faz uma reflexão sobre as ações e o discurso de João Doria, procurando delinear determinadas emergências no espaço público em direção ao governo Doria. Spagnol conclui que Doria, em seus atos e por meio de seu discurso, “esta versão radical de pensamento único corporativo, encarna a anti-POLÍTICA em sua concepção mais ampla, por negar a existência do contraditório, do debate democrático e da contestação”.

Entendemos que o texto produzido por Spagnol, por abordar a emergência de várias diferenças, nos oferece o que estamos procurando: a possibilidade de observar diferentes

²² Maquiavel é uma publicação online, de acesso gratuito, que reúne textos sobre política e ideias. É editada por jornalistas, filósofos, estudantes e professores de diversas áreas. Disponível em <revistamaquiavel.com.br>.

performances de demandas por representação que emergiram na cena pública. Nessa conjuntura, extraímos do material algumas das emergências que se situam entre a posse do prefeito em janeiro de 2017 até maio do mesmo ano, data próxima a da publicação do texto. São elas:

- Ataques aos opositores políticos;
- Discursos agressivos contra movimentos sociais;
- Tratamento dado aos ciclistas contrários a suas medidas;

Além dessas, destacamos também outros casos de demandas por representação posteriores a maio de 2017, a partir da repercussão em portais de notícias nacionais, sendo elas:

- Guerra ao grafite;
- A questão da farinata.

Partiremos da descrição da performance observada, de modo a contextualizar a emergência que analisaremos. Em seguida, buscaremos demonstrar como os atores – representados e representante – se posicionaram em relação a essa demanda.

3.3. Analisando demandas por autorrealização e representação política

Como vimos em nosso primeiro capítulo, o não reconhecimento dos indivíduos, em quaisquer sejam as instâncias, afeta diretamente a autonomia destes na sociedade e pode gerar lutas por reconhecimento (Honneth, 2003). Uma vez que partimos da ideia de que o consenso sem a constante ameaça do dissenso é improvável (Mouffe, 2003), as lutas por reconhecimento e as cenas dissensuais aparecem, e devem aparecer, a fim de restabelecer as ordens sociais.

Em uma sociedade marcada pelo multiculturalismo e pela diferença, existem falhas na ordem policial, que não dá conta de lidar com as diferenças. Então a política, para Rancière, é a verificação desse dano e a instauração de nova ordem, com espaço para que os sujeitos possam se realizar em suas diferenças.

Ataques aos opositores políticos

Em fevereiro e abril de 2017 o Instituto Datafolha divulgou as duas primeiras pesquisas de opinião pública sobre o Governo Doria, apresentando índices de reprovação de 13% e 20%, respectivamente. No dia seguinte à publicação da última pesquisa, o então prefeito atribuiu o aumento na rejeição de sua recém iniciada gestão à opinião de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT), grupo ao qual Doria demonstrou, em diversas declarações, forte oposição.



Figura 2: Doria assumiu, em brincadeira pelas redes sociais, a alcunha de “coxinha”. O termo é usado, muitas vezes pejorativamente, para se referir a quem se identifica com a direita no espectro político.

Acerca da alta na reprovação, o então prefeito afirmou: “Há uma camada da população que tem simpatia pelo PT. E naturalmente essa parte da população não gosta do prefeito João Doria, mesmo fazendo bem feito, mesmo realizando bem”. No contexto da declaração, Doria afirma que estava fazendo um bom governo. Nesse sentido, se a reprovação estava aumentando, na visão dele, foi devido a questões partidárias e de antipatia com a imagem do prefeito, evidenciando um desrespeito à manifestação do eleitor.

Fato é que os índices de reprovação ao governo Doria continuaram aumentando até sua renúncia após 15 meses na prefeitura, atingindo 47% em abril de 2018, insatisfação que só é menor que a de dois ex-prefeitos de São Paulo durante períodos semelhantes: Jânio Quadros, que chegou a 66% após 18 meses de mandato, e Celso Pitta, que teve 58% de reprovação depois

17 meses no cargo.

Outra situação emblemática dessa fixação com seus opositores, também citada no material de Nikolas Spagnol, é a resposta de Doria ao jornalista André Singer, que em abril de 2017 disse, em sua coluna na Folha de São Paulo, que uma possível candidatura do então prefeito à presidência da República seria uma “aventura desesperada”. A resposta, publicada no mesmo veículo, não tinha nenhuma preocupação em legitimar a possibilidade de um Doria Presidente, mas sim em desqualificar o crítico com base em sua suposta inclinação partidária: “Ao petista André Singer, quero dizer que não respeito suas posições e sua crítica, porque, depois de ter sido porta-voz do Lula, ele não tem credibilidade para fazer qualquer observação no plano político, muito menos a meu respeito”.

A série de declarações do ex-prefeito contra o Partido dos Trabalhadores, que na visão de Doria representa e é responsável por todas as mazelas da história recente do Brasil, demonstra completa aversão a quaisquer discursos que possam ser relacionados a quem manifeste oposição. Nesse mesmo contexto, como se fossem um só grupo, Doria insere movimentos sindicais, sociais, estudantis e até mesmo outros partidos de esquerda, sejam aliados ou não ao PT. Toda tentativa de contestação política se tornava alvo certo de comentários baseados em, ao invés de argumentos políticos, argumentos *ad hominem*.

Como Nikolas Spagnol destaca:

[...] sindicatos, movimentos sociais e estudantis, ativistas, ciclistas (pois é!), outros partidos de esquerda (inclusive os de oposição ao próprio PT), ecologistas, mídia independente, enfim, basta se opor ao Líder para ganhar uma estrela vermelha na testa (SPAGNOL, 2017).

Ou seja, o gestor usa de todas as oportunidades para anular a emergência das diferenças e de demandas por representação de grupos de esquerda. O perfil de Doria pode ser traduzido na tentativa de criar um consenso permanente que, como já vimos, é impraticável.

Discursos agressivos contra movimentos sociais

Em meio à movimentação do Presidente Michel Temer no Congresso Nacional para a aprovação das chamadas reformas da Previdência e das regras trabalhistas, entidades sindicais organizaram paralisações por todo o Brasil para manifestar contra as mudanças. O pico dos protestos se deu no dia 28 de abril de 2017, uma sexta-feira. Organizada principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais, a greve geral mobilizou bancários, trabalhadores do transporte público, professores e diversos outros servidores.

Explicitamente contrário ao movimento sindical e com o objetivo de esvaziar os protestos, João Doria aplicou algumas medidas para os trabalhadores da prefeitura de São Paulo. Entre elas, o anúncio de que os servidores que aderissem à greve teriam o dia de trabalho descontado da folha de pagamento e uma parceria com aplicativos de transporte individual para levarem servidores, de graça, até seus postos de trabalho. Na manhã do dia 28, Doria, que conseguiu desviar dos bloqueios feitos por manifestantes em frente à sua casa ao sair de helicóptero, afirmou em entrevista à Rádio Jovem Pan: “A esses grevistas que quiseram bloquear o meu acesso, acordem mais cedo, vagabundos, porque o prefeito acorda cedo e trabalha muito”.

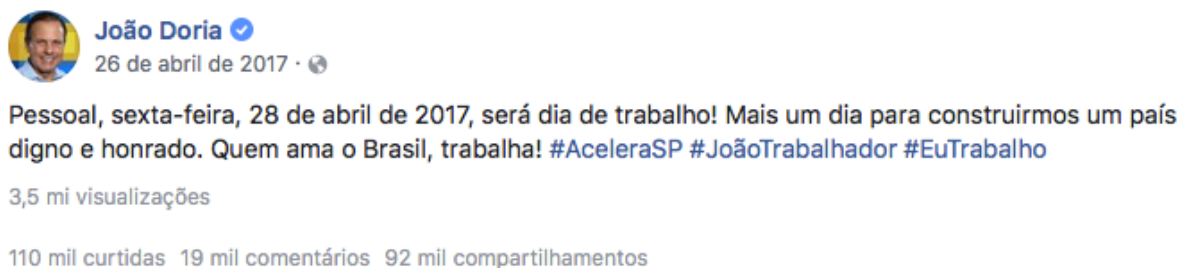


Figura 3: Doria usou as redes sociais para transmitir mensagens contra o movimento grevista.

Doria também aproveitou a ocasião para parabenizar a atitude de seus subordinados da Subprefeitura Regional de Pinheiros, na zona oeste da capital. Na noite anterior à greve geral, o subprefeito Paulo Mathias publicou um vídeo onde aparece ao lado de seis funcionários que, segundo Mathias, decidiram passar a noite no trabalho porque não conseguiriam chegar à subprefeitura no dia seguinte se fossem para casa por causa das manifestações. “Quero cumprimentar essas pessoas pela atitude, postura, grandeza e coragem de fazer o que tem de ser feito”, disse Doria aos servidores e a Paulo Mathias, que no vídeo afirma ser “a favor do direito a greve, mas não em dia de trabalho”.

Além disso, o prefeito ainda aconselhou aos funcionários da prefeitura, segundo publicação online do El País, que quem quisesse fazer manifestações poderia, porém “após o expediente, no fim de semana”. Tais performances remetem à atuação ameaçadora da gestão de Doria. Ao tomar estas medidas, o prefeito vai contra a legalidade das manifestações²³, caracterizando assim uma tentativa equivocada de manutenção da ordem policial em seu governo, em defesa de seus aliados e contra seus oponentes (os trabalhadores manifestantes).

Tratamento dado aos ciclistas contrários a suas medidas

Como apontado anteriormente, a rápida gestão de Doria foi marcada por confrontos no espaço público com atores que discordavam de suas medidas para a cidade de São Paulo. Petistas, esquerdistas, ativistas e sindicalistas estão entre os vocábulos que o ex-prefeito usou para se referir aos oponentes.



Figura 4: Doria descarta flores entregues por cicloativista. Fonte: Renato Cerqueira (Futura Press/Folhapress).

²³ Lei nº 7.783/1989, Art. 6º §2º: “É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento”.

No dia 30 de abril de 2017, a ciclotivista Giulia Gallo abordou o João Doria na saída de um evento e tentou entregar flores ao então prefeito. Segundo ela, em homenagem aos mortos nas vias marginais da cidade, que passaram por um aumento no limite de velocidade na gestão de Doria, medidas que foram promessa de campanha do prefeito, que enfatizava mais um slogan: “*Acelera, São Paulo!*”. Doria agradeceu e se recusou a receber as flores, então Giulia as depositou no painel do veículo onde se encontrava o prefeito, que, por sua vez, reagiu atirando as flores para fora do carro.

Sobre o ocorrido, Doria afirmou: “Sou brasileiro e amo meu país. Então não será nenhum ativista, arrivista, petista, ou qualquer outro ista que vai me colocar contra a parede”. Na visão de Doria, a atitude foi uma intimidação por parte dos ciclistas, grupo que, para ele, assim como os grevistas, não fazem parte do povo, não fazem parte de seus representados. Spagnol afirma que “ao dizer que não aceita intimidações (num episódio em que não sofreu intimidação alguma), o recado que o prefeito está passando é que não aceita ser contrariado ou mesmo questionado”.

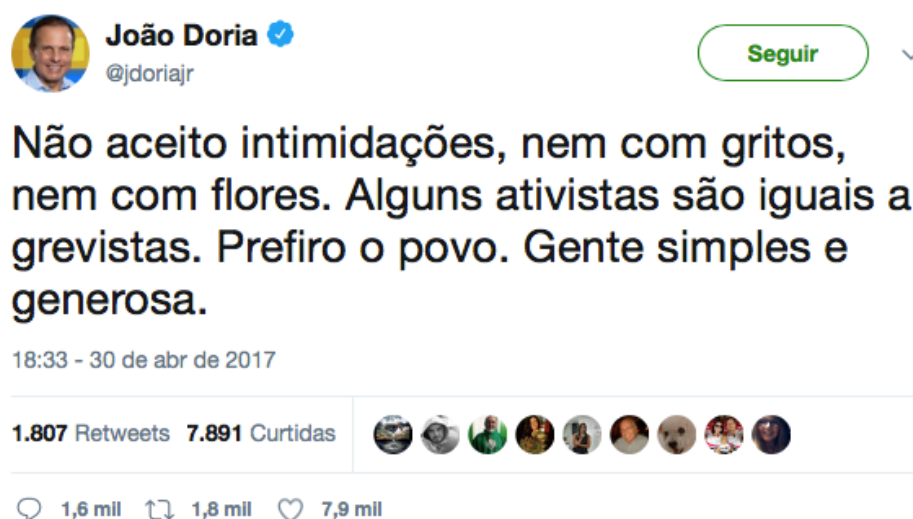


Figura 5: Pelas redes sociais, Doria deslegitima o protesto e os protestantes.

Colocada pelas afirmações de João Doria como indivíduo não integrante do povo, a ciclotivista Giulia Gallo emerge como um ator sem-parte perante o governo de sua própria cidade: “Eu como ciclista e pedestre estou me sentido muito desprotegida. Se ele tirar as cicloviarias vamos correr risco”, disse à imprensa.

Diante desta cena polêmica, que tem como agravante de ameaça ao mundo comum a morte

de pessoas, a escolha do ex-prefeito em jogar as flores fora demonstra total desconsideração com a demanda por representação apresentada pelos ciclistas de São Paulo.

Sob a luz de Rancière, o gestor age de modo a manter a ordem policial estabelecida pela legislação que regula a velocidade permitida nas vias marginais da cidade, rejeitando o antagonismo que busca a mudança em prol da realização dos sujeitos.

Guerra ao grafite

No primeiro mês de sua gestão na prefeitura, como parte da iniciativa batizada como “Cidade Linda”, Doria tomou a decisão de apagar grafites das ruas de São Paulo. Os murais ao longo da Avenida 23 de Maio, no centro da cidade, destinados pela gestão anterior a receber obras de cerca de 200 artistas, foram cobertos com tinta cinza por funcionários da prefeitura. No dia seguinte à ação, frases de protesto contra João Doria foram pichadas por toda a cidade.



Figura 6: Avenida 23 de Maio, antes e depois do “Cidade Linda”. Fonte: Zanone Fraissat e Bruno Santos (Folhapress).

Apesar de ter reconhecido meses depois que a questão “deveria ter sido melhor avaliada”, a medida evidencia para quem Doria governa e, principalmente, para quem não governa. “A população não quer a pichação e não vai ter a pichação porque nós vamos fiscalizar e punir os pichadores”, afirmou na época.

A cena polêmica se instalou uma vez que os artistas, que viam suas autonomias respeitadas até então, passaram a ser colocados à margem e apagados do espaço comum. A luta por reconhecimento se deu, então, por meio das pichações sobre a nova pintura, uma resposta imediata que buscou demonstrar que esses artistas de rua ainda estavam ali.

A questão da farinata

Em outubro de 2017, Doria sancionou um projeto de lei que instituía em São Paulo a Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos. Para promover o programa, o prefeito apresentou em suas redes sociais o que seria a possível solução para o problema da desnutrição em escolas e em famílias socialmente vulneráveis: uma farinha preparada a partir de alimentos próximos a data de vencimento. Após as declarações de Doria, a farinata foi amplamente criticada e a prefeitura suspendeu o projeto cerca de um mês depois.



Figura 7: Doria apresenta biscoito preparado a partir da farinata em evento. Fonte: Fábio Vieira (FotoRua/Folhapress).

Tida por muitos como uma “ração humana”, o produto, como foi apontado por especialistas em nutrição, fere um dos direitos básicos do ser humano: o direito à alimentação adequada. De acordo com nota divulgada pelo Conselho Regional de Nutrição de São Paulo, o suplemento é um “total desrespeito aos avanços obtidos nas últimas décadas no campo da segurança alimentar e no que tange as políticas públicas sobre as ações de combate à fome e desnutrição”.

É consenso entre nutricionistas que comer vai além do ato de engolir nutrientes. A alimentação, apontou o pesquisador Daniel Bandoni em entrevista ao portal de notícias G1, “precisa trabalhar os sentidos e é uma prática também ligada à cultura. [...] o uso de granulados pode afetar a autoestima da população submetida a esse tipo de alimento”.

Ao propor tal medida, o prefeito volta a enfatizar seu lado gestor e pouco político, no sentido de desconsiderar completamente a autorrealização das pessoas que receberiam o “alimento” em prol de uma eficiência maquiada da máquina pública no combate à fome e à desnutrição.

3.4. Conclusões das análises

A partir da análise feita neste capítulo, é possível perceber algumas conexões que nos fazem compreender que as cenas não se tratam de acontecimentos simples, mas de performances de sujeitos que buscam se fazer representados e encaminhar demandas frente ao governo municipal de São Paulo entre janeiro de 2017 e abril de 2018.

Em seus ataques à oposição, esta personificada pela figura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e ilustrada pela cor vermelha e pelo Partido dos Trabalhadores, a grande questão que se enxerga é a deslegitimação e a invalidação, não de uma pessoa ou de uma cor, mas de qualquer performance minimamente ligada a grupos de esquerda. Existe, então, uma ameaça ao mundo comum daqueles grupos e pessoas que, enquanto oposição ao então prefeito João Doria, querem simplesmente existir.

O mesmo se observa com relação aos movimentos sociais. A performance pública

encenada pelos trabalhadores em greve, um direito fundamental conquistado com lutas históricas violentas, é também absolutamente deslegitimada pela gestão de Doria. Estrategicamente, o prefeito atribuiu seu discurso liberal aos seus subordinados, os próprios prejudicados. Consta-se, dessa maneira, uma tentativa de contrariar a emergência da performance pública e, em contrapartida, o incentivo à emergência de um discurso contra aqueles que estariam atrapalhando a vida pública e o trabalho das “pessoas de bem”.

De forma semelhante, uma nova tentativa de impedimento da emergência de uma performance polêmica se deu em relação à ciclotivista Giulia Gallo. Após ser desenvolvida de forma pacífica, a cena teve como reação de Doria uma segunda performance. Assim como nos casos anteriores, mas de forma explícita neste caso, a ameaça, a ironia e o desinteresse foram os aspectos primordiais das respostas do prefeito.

Assim, Doria tenta impedir a emergência da cena dramática a partir de recursos da ordem policial, o que também se nota na questão do grafite em São Paulo no começo de sua gestão. Ao autorizar que tinta cinza fosse aplicada sobre as manifestações artísticas nas ruas, Doria performa uma tentativa de homogeneização da cidade e, conseqüentemente, dos cidadãos e das manifestações das diferenças.

Por fim, os episódios relacionados à política de implementação da farinata são os exemplos máximos de tal tentativa de homogeneização e total desconsideração das diferenças. No nosso entendimento, a sugestão da razão, e as demais performances de Doria apresentadas anteriormente, demonstram uma tentativa de instituição de uma ordem sensível que trata seres humanos em situação de vulnerabilidade, ou de oposição e de diferença, como seres menos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo compreender a relação entre a autorrealização dos sujeitos no processo de representação política, tendo como foco a compreensão de determinadas ameaças à existência das diferenças no mundo comum.

No capítulo 1, “DEMOCRACIA: em busca da autorrealização como sujeitos e como coletividade”, buscamos assimilar como funciona uma determinada lógica democrática em uma sociedade complexa e plural como a nossa, bem como os impactos da heterogeneidade de pensamento, culturas e modos de vida na realização dos indivíduos. Para isso, apontamos como principais características de sociedades plurais a existência e o aparecimento de diferenças e de antagonismos. Sob a visão arendtiana, evidenciamos que tal existência está necessariamente ligada ao aparecimento e validação no espaço comum da sociedade. Esta noção também está relacionada à busca por reconhecimento e por realização dos sujeitos, em suas diversas esferas.

Em nosso capítulo 2, “REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: demandas e perturbação da(s) ordem(ns)”, o nosso esforço se deu em discutir as diversas representações, em especial a representação política. Abordamos que, para além das eleições, a representação política se dá na interação entre os atores que representam e atores representados, que apresentam demandas por meio de cenas. Tais cenas, como tratamos a partir de Rancière, frequentemente são polêmicas e buscam agitar a ordem policial vigente em prol de uma ordem política aberta às diferenças.

O terceiro e último capítulo, “O GOVERNO DORIA E ANÁLISE DE PERFORMANCES: demandas por representação, dissenso e ameaças ao mundo comum”, conta com uma breve apresentação da figura de João Doria e do contexto em que se enquadrou seu mandato como prefeito. Construímos a metodologia de análise deste trabalho, baseada na análise de conteúdo e na busca por indícios. Tais indícios foram encontrados nas cinco cenas apresentadas ao longo do capítulo, onde é possível observar, conforme analisamos, o jogo entre tentativas de emergências de performances de atores que não se sentiam representados pela gestão do então de prefeito João Doria em São Paulo.

É importante apontar que este trabalho é apenas uma primeira aproximação da tentativa de se compreender demandas por representação e performances com cenas de dissenso, tentando perceber o quanto esses elementos ameaçam a existência de um mundo comum de diferenças. Metodologicamente, escolhemos analisar os casos direcionados, em síntese, à autorrealização e à representação política, mas assumimos que outros estudos podem e devem acontecer de forma mais aprofundada. É possível, por exemplo, investigar quem são os grupos que não se fizeram representados, quais os tipos de consequências à não aceitação das performances trouxe para a existência desses grupos e que tipo de políticas públicas existem e são afetadas quando o gestor não é sensível à emergência dessas performances.

Por fim, é necessário dizer que este trabalho foi desenvolvido, majoritariamente, antes do processo eleitoral de 2018. Sendo assim, muito se passou no cenário nacional até agora. Ao passo que muito triste e trágico, é também revelador observar que, na figura de João Doria como candidato e posteriormente prefeito, havia mais que o impedimento à emergência de performances de representação. Havia, de fato, o germe de uma sociedade totalitária que busca desconsiderar as diferenças, lançando mão de um discurso de igualdade para construir legitimidade popular e desconsiderar qualquer tipo de “incômodo” onde as diferenças possam emergir.

Nesse sentido, mais do que a construção de uma ameaça às diferenças, estamos vivenciando, agora, a tentativa de uniformização pela eliminação do dissenso, uma ameaça concreta a própria possibilidade de existência da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEMANHA. **Lei Fundamental da República Federativa da Alemanha**. Tradução de Assis Mendonça. Berlin: Deutscher Bundestag, 2011.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. **Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade**. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 175-199, jun. 2014.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **The life of the mind: One/Thinking, Two/Willing**. New York/London: Harvest Book, 1978.
- ASSY, Bethânia. Prolegomenon for an ethics of visibility in Hannah Arendt. **Kriterion**, v. 45, n. 110, p. 294-320, dec. 2004.
- BENEVIDES, Rubens Freitas. Luta por reconhecimento e especificidade brasileira. **OPIS**, v. 11, n. 1, p. 310-316, jan. a jun. 2011.
- BESTER, Gisela Maria. Democracia representativa: de quem e para quem? Reflexões sobre a gênese da desigualdade política das mulheres e sua exclusão do sufrágio “universal”. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 19, n.37, p. 95-105, jan. 1998.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 96/2017 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2017.
- CAILLÉ, Alain. Capital social, reconhecimento e dádiva. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. (Orgs.). **Comunicação e política**. São Paulo: Summus, 2011. cap. 1, p. 19-38.
- FRASER, Nancy. Rethinking recognition. **New Left Review**, v. II, n. 3, p. 107-120, 2000.
- GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; MAIA, Rousiley. Representação política não-eleitoral em uma perspectiva processual: discursividade e estratégia no debate sobre a educação de surdos. **Revista Compolítica**, v. 6(2), p. 7-34, 2016.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

- MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. **Psicologia Política**, v. 13 n. 27, p. 261-280, mai. a ago. 2013.
- MAGALHÃES, Theresa Calvet. Somos *do* mundo e não apenas no mundo. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela. (Orgs.). **Hannah Arendt: entre o passado e o futuro**. Juiz de Fora: UFJF. p. 73-88.
- MAIA, Rousiley. Representação política de atores cívicos: entre a imediatividade da experiência e discursos de justificação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27 n. 78, p. 97-112, fev. 2012.
- MARKELL, Patchen. **Bound by recognition**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A ausência de reconhecimento social de cidadãos destituídos no Brasil e na França. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. (Orgs.). **Comunicação e política**. São Paulo: Summus, 2011. cap. 6, p. 125-148.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aspectos éticos, poéticos e comunicacionais do pensamento político de Jacques Rancière. **Logos**, v. 20 n. 02, p. 111-121, 2º semestre 2013a.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. **Revista Contracampo**, v. 26 n. 1, p. 126-145, abr. 2013b.
- MELO, José Wilson de. Multiculturalismo: tensões brasileiras do direito à diferença como expressão de igualdade e dignidade. **Revista ESMAT**, ano 8 n. 11, p.91-104, jul. a dez. 2016.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. (Orgs.). **Comunicação e política**. São Paulo: Summus, 2011. cap. 3, p. 65-81.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, v. 2 n. 3, p. 11-26, 2003.
- MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2009.
- OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. **“Agora é a vez do pixo”**: cenas de dissenso e subjetivação política nas relações entre pixação e arte. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015.
- PELLIZZARO, Nilmar. Axel Honneth: repensando a justiça e a autonomia a partir do reconhecimento. **Kalagatos**, v. 12 n. 24, p. 229-259, verão 2015.
- PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and democracy: uneasy alliance. **Scandinavian Political Studies**, v. 7 n. 3, p. 335-342, 2004.
- PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.
- POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 367-382.

RESENDE, Cátia Meire. **(Im)potências políticas no PNAE: comunicação, sujeitos rurais e relações institucionais em Viçosa-MG**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016.

SAWARD, Michael. Making representations: modes and strategies of political parties. **European Review**, v. 16 n. 3, p. 271-286, 2008.

SAWARD, Michael. The representative claim. **Contemporary Political Theory**, 5, p. 297-318, 2006.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 2(1), p. 23-48, 1.sem. 1990.

THÉBAUD, Françoise. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 119-135, 2007.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, 67, p. 191-228, 2006.

VIANNA, Túlio. **Um outro direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VOTO da mulher. In: PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67, p. 139-190, 2006.

ZURN, Christopher F. Recognition, redistribution, and democracy: dilemmas of Honneth's critical social theory. **European Journal of Philosophy**, 13:1, p. 89-126, 2005.

Matérias jornalísticas e outros conteúdos online

ALESSI, Gil. Quem aderir à greve geral pode ser punido? **El País**, São Paulo, 28 de abril de 2017. Greve geral. Disponível em <brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493316394_540216.html>. Acesso em junho de 2018.

ARREGUY, Juliana. Um mês após defender farinata, Doria desiste de programa e culpa polêmica. **O Globo**, 16 de novembro de 2017. Disponível em <oglobo.globo.com/brasil/um-mes-apos-defender-farinata-doria-desiste-de-programa-culpa-polemica-22074618>. Acesso em novembro de 2018.

BUSTAMANTE, Luisa. No Rio, João Doria nega candidatura a presidente em 2018. **Veja**, 19 de junho 2017. Brasil, Política. Disponível em <veja.abril.com.br/brasil/no-rio-joao-doria-nega-candidatura-a-presidente-em-2018/>. Acesso em junho de 2018.

DATAFOLHA. Doria é aprovado por 43% dos paulistanos após 3 meses de governo. **Instituto de pesquisa Datafolha**, São Paulo, 10 de abril de 2017. Opinião Pública, Avaliação de governo. Disponível em <datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/04/1874223-doria-e-aprovado-por-43-dos-paulistanos-apos-3-meses-de-governo.shtml>. Acesso em junho de 2018.

DATAFOLHA. Passagem de Doria por Prefeitura é reprovada por 47% dos paulistanos. **Instituto de pesquisa Datafolha**, São Paulo, 16 de abril de 2018. Opinião Pública, Avaliação de governo. Disponível em <datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/04/1965040-encerrada-apos-15-meses-gestao-doria-e-reprovada-por-47.shtml>. Acesso em junho de 2018.

FREITAS, Carolina. João Doria diz a grevistas: “Acordem mais cedo, vagabundos”. **Valor Econômico**, 28 de abril de 2017. Disponível em <valor.com.br/politica/4951916/joao-doria-diz-grevistas-acordem-mais-cedo-vagabundos>. Acesso em junho de 2018.

G1. Doria diz que avaliou mal a questão dos grafites da Avenida 23 de Maio. **G1 São Paulo**, 7 de abril de 2017. Disponível em <g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-avaliou-mal-a-questao-dos-grafites-da-avenida-23-de-maio.ghtml>. Acesso em novembro de 2018.

G1. Doria diz que, se eleito, cumprirá todo o mandato e não tentará reeleição. **G1 São Paulo**, 21 de setembro de 2016. Disponível em <g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/09/doria-diz-que-nao-vai-construir-creche-e-se-eleito-nao-vai-disputar-reeleicao.html>. Acesso em junho de 2018.

G1. Pastor Everaldo promete privatizar Petrobras se for eleito. **G1 Brasília**, 19 de agosto de 2014. Disponível em <g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/08/pastor-everaldo-promete-privatizar-petrobras-se-eleito.html>. Acesso em maio de 2018.

G1. Produto granulado de Doria fere Direito Humano à Alimentação Adequada, diz Conselho Regional de Nutrição. **G1 São Paulo**, 13 de outubro de 2017. Disponível em <g1.globo.com/sao-paulo/noticia/produto-granulado-de-doria-fere-direito-humano-a-alimentacao-adequada-diz-conselho-regional-de-nutricao.ghtml>. Acesso em novembro de 2018.

KENTISH, Benjamin. Donald Trump has lost popular vote by greater margin than any US President. **The Independent**, Londres, 12 de dezembro de 2016. Disponível em <independent.co.uk/news/world/americas/us-elections/donald-trump-lost-popular-vote-hillary-clinton-us-election-president-history-a7470116.html>. Acesso em maio de 2018.

LIMA, Mauricio. João Doria dorme apenas três horas por noite. **Veja**, 5 de fevereiro de 2017. Disponível em <veja.abril.com.br/blog/radar/joao-doria-dorme-apenas-tres-horas-por-noite/>. Acesso em junho de 2018.

O GLOBO. Doria apaga grafites em avenida e cria polêmica em SP. **O Globo**, São Paulo, 23 de janeiro de 2017. Disponível em <oglobo.globo.com/brasil/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp-20815081>.

Acesso em novembro de 2018.

OUTSIDER. In: **Dicionário Michaelis**. Disponível em <michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/outsider/>. Acesso em junho de 2018.

SARAIVA, Jacqueline. "Democracia é coisa do passado", diz o candidato a presidente, Rui Costa Pimenta. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 de agosto de 2014. Disponível em <em.com.br/app/noticia/politica/2014/08/28/interna_politica,563202/democracia-e-coisa-do-passado-diz-o-candidato-a-presidente-rui-costa-pimenta.shtml>. Acesso em maio de 2018.

SPAGNOL, Nikolas. Doria, o antipolítico. **Revista Maquiavel**, 22 de junho de 2017. Disponível em <revistamaquiavel.com.br/d%00f3ria-o-antipol%C3%ADtico-19a155c4d92e>. Acesso em junho de 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais 2014**. Disponível em <tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso em maio de 2018.

ANEXO

ANEXO A: TEXTO DO JORNALISTA NIKOLAS SPAGNOL

Na publicação original, de 22 de junho de 2017, o autor conta com recursos multimídia para reforçar seu argumento, como vídeos e links para notícias de jornais online. A seguir, transcrevemos apenas os elementos textuais. Aconselhamos a leitura na íntegra, disponível no endereço referenciado neste trabalho.

Dória, o Antipolítico

Uma reflexão sobre o discurso da nova aposta tucana

A maior cidade do Brasil tem um prefeito que doa seu salário para a caridade, pois já é rico o bastante. Que obtém de empresários amigos doações vultuosas—veículos, remédios, até mesmo vitaminas—para benefício da cidade (doações generosamente compensadas por benefícios fiscais, mas quem liga?). Que se apresenta não como político e sim como “gestor”, trazendo para a máquina pública conceitos e métodos aplicados na iniciativa privada. Que está sempre em evidência: fantasiado de gari, pintando muros pichados, ou mesmo demitindo uma assessora diante das câmeras. Enquanto os outros políticos parecem mais preocupados em se salvar da avalanche de lama que desce da Operação Lava Jato, o “gestor” de São Paulo permanece obstinado em fazer e aparecer, não necessariamente nesta ordem.

Há um ano, pouco se falava dele. Apadrinhado pelo governador Geraldo Alckmin, o multimilionário João Dória Júnior ganhou a nomeação do PSDB para a disputa da Prefeitura de SP depois de bater o vereador Andrea Matarazzo (aliado do senador José Serra) e o deputado federal Ricardo Trípoli em prévias muito acirradas—em algumas seções de votação, os militantes tucanos chegaram às “vias de fato”. Começou a campanha com apenas 3% das intenções de voto. No final de agosto de 2016, patinava nos 9%, ocupando um 5º lugar na disputa. Quarenta dias adiante, venceria no primeiro turno com 2 milhões de votos à frente do segundo colocado, o então prefeito Fernando Haddad (mas ainda perdendo para a soma de

abstenções, brancos e nulos, recorde naquela eleição). Poucos meses após assumir à prefeitura, passou a ser cotado como o potencial presidenciável tucano já para 2018, pontuando relativamente bem nas pesquisas.

A meteórica ascensão de Dória representa a grande novidade no conturbado tabuleiro político nacional nestes últimos anos. Apoiado por uma considerável militância virtual, Dória tem o potencial de preencher o vácuo político deixado pelos caciques do PSDB: Alckmin, José Serra (ambos citados na Lava Jato) e Aécio Neves, cuja carreira política derreteu nas últimas semanas. Seja quem for, o candidato do PSDB deverá assumir a posição de principal antagonista do PT nas próximas eleições, tomando a posição temporariamente ocupada nas pesquisas de opinião pelo deputado federal Bolsonaro, incapaz de alçar voos maiores devido à altíssima rejeição e ao discurso extremista.

À parcela do eleitorado que rejeita Lula e o PT, Dória pode ser vendido como uma alternativa mais razoável, moderna e inteligente que a carranca verde-oliva e antiquada de Bolsonaro. A exemplo de Trump nos EUA e Macri na Argentina, todos egressos do universo empresarial, o prefeito tem pressa e parece dizer: “Chega de políticos, deixem a gestão pública para os gestores, os profissionais do ramo, os CEOs que entendem do assunto, que fazem e acontecem, e saiam do caminho!” Nesta visão de mundo corporativa, liberal (mais para o capital que para os costumes), toda forma de mobilização social ou atitude estranhas às regras do Mercado é tratada com desconfiança. Como diz o mantra, “ou você é parte da solução, ou é parte do problema”. Não há espaço para “mimimi”.

A propaganda de Dória é voltada para o indivíduo, o cidadão desmobilizado, o trabalhador comum e sua família que o assistem pela TV ou pelo celular. Nessa narrativa que parece feita sob medida para a opinião das periferias paulistanas, levantada em pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo (ironicamente, ligada ao PT), empresários e trabalhadores (os “cidadãos de bem”) estão no mesmo barco, trabalhando apesar das dificuldades e tentando fazer o que é certo. Esses elegeram como líder o “João Trabalhador”, um herói que, mesmo riquíssimo e quase sexagenário, acorda às quatro horas da manhã para trabalhar e só vai dormir depois da meia-noite. E quem há de se opor a essa “Corrente do Bem”, à união virtuosa dos cidadãos, sem partidos, sem ideologias, com seu incansável gestor à frente?

É aí que entra o grande bode expiatório: o PT e tudo o mais que possa ser associado ao petismo, como sindicatos, movimentos sociais e estudantis, ativistas, ciclistas (pois é!), outros partidos de esquerda (inclusive os de oposição ao próprio PT), ecologistas, mídia independente, enfim, basta se opor ao Líder para ganhar uma estrela vermelha na testa. Parece exagero? Pois o próprio Dória atribuiu o aumento da reprovação ao seu governo, em Abril, aos “simpatizantes do PT”, que seriam incapazes de reconhecer os méritos do seu governo.

Enquanto Lula surfava em alta popularidade no seu segundo mandato, os líderes tucanos, em crise, buscavam moderar o discurso de oposição (para alguns, moderado até demais), por vezes até costurando alianças de ocasião (como a que levou Márcio Lacerda à Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008). Após perder as eleições de 2014, Aécio Neves rebaixou o ex-aliado das eleições belorizontinas à condição de “organização criminosa”, já pegando carona nas denúncias da Lava Jato. Dória vai além: para ele, o PT é “inimigo do Brasil” chefiado por um bandido (Lula) que devia estar na cadeia. Para o prefeito de São Paulo, não há uma razão concebível para uma pessoa de boa fé votar neste partido: o eleitor petista é desinformado, ou está compactuando com a desonestidade.

Contrariando as antigas recomendações do marketing político brasileiro, Dória dispensa qualquer moderação ou mesmo cortesia quando se dirige ao PT. Atacar o adversário parece igual ou mais importante que alardear os próprios feitos e virtudes. Diferentemente dos tucanos mais experientes como Alckmin e FHC, Dória nada de braçadas na agressividade do antipetismo, aproximando-se do Movimento Brasil Livre (MBL) e similares.

Qualquer ligação com o PT é suficiente para desqualificar a crítica de um adversário. Foi o que ocorreu com André Singer, professor da USP, após publicar um artigo na Folha de S.Paulo em abril questionando a candidatura de Dória à presidência como uma “aventura desesperada” do PSDB. A resposta de Dória: “Ao petista André Singer, quero dizer que não respeito suas posições e sua crítica, porque, depois de ter sido porta-voz do Lula, ele não tem credibilidade para fazer qualquer observação no plano político, muito menos a meu respeito. Vá passear em Curitiba, Singer”.

Tivemos na greve geral de 28 de abril alguns exemplos claros da aplicação desta mesma

retórica contra os movimentos sindicais, por parte do próprio prefeito e sua equipe. O prefeito se posicionou contra a greve, que tinha como alvo o Governo Temer, do qual é aliado, e chamou os grevistas de “preguiçosos”. O subprefeito de Pinheiros, Paulo Mathias, gravou um vídeo ao lado de alguns funcionários de manutenção, dizendo que eles passariam a noite no trabalho para não ficarem presos no trânsito em virtude da greve do dia seguinte, provocada por “algumas pessoas que resolveram atrapalhar a vida dos outros”. Apesar de afirmar que a ideia partiu dos funcionários, somente o subprefeito fala no vídeo, em que se posiciona “a favor do direito à greve, mas não em dia de trabalho”.

A mesma retórica agressiva se volta contra os coletivos de cultura. Gustavo Soares, um jovem agente cultural do coletivo de Ermelino Matarazzo, gravou uma ameaça que recebeu do Secretário de Cultura André Sturm. Ambos tratavam da renovação de um acordo entre o coletivo e o Município, dono do imóvel abandonado onde foi instalada a Casa de Cultura do bairro. O coletivo rejeitou a proposta apresentada pelo secretário, que então ameaça desocupar o imóvel. Exaltado, o secretário chama o interlocutor de “babaca” e diz que vai “quebrar a sua cara”, mas fica na ameaça. Certamente, não contava com a possibilidade de estar sendo gravado pelo jovem da Zona Leste. Dória manteve o secretário no cargo e desmereceu o incidente como “uma bobagem”.

Em outra ocasião, Dória foi filmado atirando ao chão flores que recebeu de uma cicloativista Giulia Gallo como “homenagem aos mortos nas Marginais”. As marginais de Tietê e Pinheiros registraram aumento no número de acidentes após o aumento da velocidade máxima permitida, uma das bandeiras de campanha de Dória e seu slogan “Acelera, São Paulo!”. No dia seguinte, Dória declarou que as flores devem ser “entregues com o coração”, não como ato de protesto. E voltou a criticar aqueles que considera seus adversários: “Não será nenhum ativista, arrivista, petista, ou qualquer outro ‘ista’ que vai me colocar contra a parede”. No Twitter (no qual é muito atuante), comparou ativistas a grevistas, e disse que “prefere o povo, gente simples e generosa” (e desmobilizada, presume-se).

Ao dizer que não aceita intimidações (num episódio em que não sofreu intimidação alguma), o recado que o prefeito está passando é que não aceita ser contrariado ou mesmo questionado. São frequentes seus embates com jornalistas, analistas, especialistas (ele parece

ter uma birra especial contra os ‘istas’ em geral...) ou qualquer pessoa que apresente uma vaga contestação à sua agenda virtuosa. Contra blogueiros e perfis do Facebook que lhe direcionaram agressões ou críticas desabonadoras, mobilizou sua equipe de advogados. Por vezes, chama o adversário de petista ou o acusa de estar fazendo o “discurso do PT”, e reclama do tratamento que recebe da imprensa (tal como Trump e sua queixa contra as “fake news”). Raramente levanta a voz ou se exalta, marcando uma diferença em relação ao outro “mito” do antipetismo. Como vemos abaixo, sua militância virtual vibra a cada “mitagem” do seu líder:

Dória não é apenas um “antipolítico”. Seu discurso, esta versão radical de pensamento único corporativo, encarna a anti-POLÍTICA em sua concepção mais ampla, por negar a existência do contraditório, do debate democrático e da contestação.